

revista

poli saúde
educação
trabalho

Ano VI — Nº. 34 — mai./jun. 2014



Mala Direta Postal
Básica

0000/2012-DR/XX/YY
Cliente

...CORREIOS...

Educação Profissional: projetos em disputa no campo brasileiro



ENTREVISTA

Maria Helena Moreira Alves discute modelo de 'pacificação' implementado no Brasil

Conheça o
Poli

**Material
Educativo**

Publicações



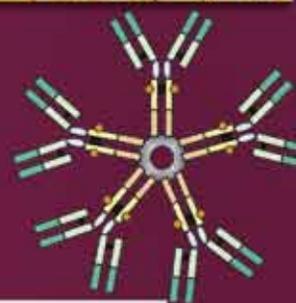
**Ensino Médio Integrado à
Educação Profissional**



PROEJA

**Ensino Profissionalizante
para Jovens e Adultos**

**Programa
de Vocação
Científica**



Revista

TRABALHO, EDUCAÇÃO E SAÚDE

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE**

Biblioteca Virtual em Saúde
Educação Profissional em Saúde

RETS

**Rede Internacional de Educação
de Técnicos em Saúde**

**Observatório
Juventude & T**

**OBSERVATÓRIO
dos Técnicos em Saúde**

Promover atividades de ensino, pesquisa, comunicação, desenvolvimento tecnológico e cooperação na área de Educação Profissional em Saúde: essa é a missão da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz. A EPSJV atua, portanto, com o segmento educacional que corresponde à maioria dos profissionais de saúde no Brasil.

Criada em 1985, no contexto da Reforma Sanitária Brasileira, a Escola nasceu para defender que a educação também era um direito e que a formação dos trabalhadores de nível médio deveria ser integral, preocupando-se não só com os conhecimentos específicos para a prática profissional mas também com os condicionamentos históricos e sociais do mundo do trabalho em saúde.

www.epsjv.fiocruz.br

Capa	4
Educação Profissional no Campo	
Entrevista	11
Maria Helena Moreira Alves - 'O inimigo interno é, no conceito da pacificação de hoje, o povo todo das favelas'	
Copa	14
Vai ter Copa: a que custo?	
Almanaque	17
Políticas Públicas	18
Emenda pior que o soneto	
Em dia com a história	21
Reformas interrompidas	
Livros	24
Qualificação profissional de técnicos em saúde do SUS em questão	
Dicionário	25
Racismo	

Na edição 32 da Poli, a matéria de capa falou sobre as modalidades do Pronatec que são desenvolvidas a partir da parceria com 12 ministérios, que atuam como demandantes de cursos. Naquela ocasião, propositalmente, o Pronatec Campo, cujo demandante é o Ministério do Desenvolvimento Agrário, ficou de fora. Isso porque entendíamos que essa 'perna' do programa deveria ser tratada num contexto maior que discutisse a política e as práticas de educação profissional do campo. Duas edições depois, esta é a matéria de capa desta revista, que aborda a prioridade do Pronatec na comparação com outras iniciativas, como o Pronera, e debate o projeto de campo que está embutido numa política que tem sido desenvolvida, principalmente, pelo Senar, que é vinculado à Confederação Nacional da Agricultura.

Coerente com a defesa de que a educação profissional precisa ser pensada de forma integrada com a educação básica, outra reportagem trata sobre um projeto de lei que quer reformar o currículo do ensino médio e tem sido muito criticado por instituições e movimentos sociais desse campo.

A entrevista é com Maria Helena Moreira Alves, pesquisadora que passou seis meses em contato com favelas cariocas para entender o processo de 'pacificação', que, apesar de ter no Rio de Janeiro seu principal espaço de execução, já se reproduz em outros estados, como Bahia e Pernambuco, e tem, segundo a entrevistada, sua origem na experiência dos Estados Unidos no Vietnã.

As situações de crise e revolta por parte da população da periferia é mencionada dada também rapidamente no 'Dicionário', que nesta edição fala sobre racismo, para lembrar, com dados, que no Brasil as vítimas da violência institucional têm cor. O mesmo tema, mas remetendo ao passado, é trabalhado no 'Almanaque', que mostra os zoológicos humanos que existiam em países da Europa ainda no início da segunda metade do século 20.

Por fim, depois da edição passada, em que aproveitamos o 'aniversário' de 50 do golpe empresarial-militar para mostrar o que a ditadura fez (e deixou de herança), este número traz uma matéria que aborda o que a ditadura impediu que se fizesse, com foco nas reformas de base que eram então propostas pelo presidente João Goulart.

Boa leitura!

Ano VI - Nº 34 - mai./jun. 2014
Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde.
ISSN 1983-909X

Conselho Editorial

Alexandre Moreno, Cristina Abrantes, Cristina Barros, Grasielle Nespole, Ieda Barbosa, José Orbílio, Júlio César Lima, Kelly Robert, Leandro Medrado, Marcia Lopes, Marcela Pronko, Marcelo Coutinho, Páulea Zaquini, Paulo César de Castro Ribeiro, Sergio Munck, Tais Salvina, Tania Camel, Valéria Carvalho.



/epsjvfiocruz



@epsjvfiocruz

Assine Nosso Boletim

Envie e-mail para revistapoli@epsjv.fiocruz.br

Coordenador de Comunicação, Divulgação e Eventos

Marcelo Paixão

Editora

Cátia Guimarães

Repórteres

André Antunes

Viviane Tavares

Cátia Guimarães

Projeto Gráfico e Diagramação

Zé Luiz Fonseca

Marcelo Paixão

Foto da Capa

Viviane Tavares

Assistente de Gestão Educacional

Solange Maria

Analista de Gestão Educacional

Bianca Ribeiro

Editora Assistente de Publicações

Lisa Stuart

Tiragem

10.000 exemplares

Periodicidade

Bimestral

Gráfica

WallPrint

Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, sala 305 - Av. Brasil, 4.365 - Mangueiras,

Rio de Janeiro CEP: 21040-360 - Tel.: (21) 3865-9718 - Fax: (21) 2560-7484

comunicacao@epsjv.fiocruz.br | www.epsjv.fiocruz.br



Aula do curso técnico de meio ambiente da EPSJV/Fiocruz em assentamento no Paraná.

Educação Profissional no campo

Programas com diferentes formatos e concepções compõem uma política fragmentada, protagonizada pela Confederação Nacional da Agricultura

Cátia Guimarães

“Transformar qualquer propriedade em um excelente negócio. Esse é o nosso compromisso”. A frase é da senadora Katia Abreu, líder da Frente Ruralista do Congresso Nacional e presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). E está estampada no material de divulgação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), braço do Sistema S ligado à CNA dedicado à educação profissional no campo brasileiro. Desde que se tornou executor do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), financiado com recursos do Ministério da Educação (MEC), o Senar criou, inclusive, um módulo sobre empreendedorismo que integra todos os seus cursos. “Não basta mais apenas plantar e colher. É necessário conhecer as técnicas básicas de administração dos funcionários, do dinheiro, das máquinas e equipamentos, enfim, de todos os recursos usados para produzir mais e melhor”, diz a senadora no texto de apresentação do Manual do Empreendedor, material didático dos cursos.

O problema, como alertam movimentos sociais ligados ao campo, é que nem todo mundo tem “funcionário” e “dinheiro” para administrar, a dependência de “máquinas e equipamentos” para a produção varia e, por incrível que possa parecer, há muitas famílias de camponeses que não sonham em transformar a sua pequena propriedade num “grande negócio”. De certa forma, esse é o alerta que uma carta produzida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) fez ao Ministro da Educação. “A inserção do Senar, pelo Ministério da Educação, como executor de políticas, programas e ações da educação do campo, é uma tentativa de negar ou omitir as contradições que envolvem esta luta. Não é possível que o mesmo projeto que serve ao agronegócio, que expulsa os trabalhadores do campo ou que os torna meramente técnicos para o exercício de uma função pontual na produção (na condição de empregado), conviva, de forma naturalizada, com a perspectiva defendida pelos movimentos que lutam pela permanência de homens e

mulheres do campo, na produção familiar, na produção de saberes e conhecimentos e que reafirmam o campo como lugar de vida, de cultura, de valores e de produção”, afirma o documento, que questionava a participação do Senar no Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), do qual o Pronatec é parte.

As “contradições” a que a carta se refere ficam evidentes quando se olham as diferentes iniciativas que compõem, de forma fragmentada, a atual política de educação profissional para o campo. Mais recentemente, parte dos esforços nessa área têm sido concentrados no Pronatec Campo, uma modalidade do programa em que o MEC faz uma dobradinha com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que assume a responsabilidade de mapear a demanda e contribuir com a pactuação de cursos. O MDA, por sua vez, já desenvolve, desde 1998, muito antes da criação do Pronatec, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), que financia cursos em diversos níveis, inclusive educação profissional, a partir da demanda dos movimentos sociais do campo. Hoje, essas duas iniciativas, que têm formato e alcance muito distintos, convivem no mesmo ministério. “Neste momento estamos tentando nos aproximar do Pronea, que segue uma linha que já chega ao nosso público”, diz Raquel Martins, assessora do gabinete do Ministro do Desenvolvimento Agrário, reconhecendo o risco da superposição dos programas. Roseli Caldart, doutora em educação e integrante do setor de educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que acompanha a construção conjunta de cursos pelo Pronea, destaca o fato de o governo ter optado pelo Senar na discussão e formulação do programa, mas ter precisado chamar o MDA, que tem relação com os movimentos

sociais, para garantir os números e metas que o Pronatec precisa cumprir. “O Senar fez a proposta, mas não daria conta de conseguir trabalhadores para fazerem os cursos porque ele não tem a tradição dos outros ‘S’. É muito mais ideologia do que quantidade”, aposta.

Os números, no entanto, mostram que essa realidade pode estar mudando. E como o desenho do Pronatec pressupõe que a instituição que vai ofertar o curso é definida a partir de uma pactuação com o demandante, o Senar vinha “conseguindo” alunos principalmente entre estudantes da rede pública cadastrados pelas secretarias de educação. Em 2013, veio um reforço do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) que, no contexto do Pronatec Brasil Sem Miséria (ver revista edição 32 da Poli), demandou cursos para moradores de áreas rurais que são usuários de programas de transferência de renda, principalmente o Bolsa Família. Com isso, o número de matrículas do Senar no Pronatec mais do que dobrou em relação ao ano anterior, chegando a 37 mil, de acordo com Janei Resende, coordenadora do Pronatec Senar. Para se ter uma ideia do que isso significa como “quantidade”, no mesmo ano, o Pronatec Campo, via MDA, totalizou pouco mais de 8 mil matrículas.

O volume de recursos públicos destinados a esse representante do sistema S também podem dar a dimensão da importância que essa instituição vem assumindo. O Pronea, que é o programa reconhecido por movimentos como o MST e a Contag como uma conquista para a educação do campo, executou em 2013, R\$ 29,2 milhões, segundo dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, para todos os cursos executados e não apenas os de educação profissional. Já o Senar, no mesmo ano, recebeu, sozinho, mais de R\$ 57 milhões, para ações de “apoio à formação profissional, científica e tecnológica”, além de outros R\$ 121.624 se somados os repasses específicos para as unidades de Ceará, Pará e Mato Grosso do Sul.

Se a diferença de números impressiona, a caracterização dos alunos que o braço educativo da CNA tem alcançado não é menos significativa. O MDA reconhece como público do Pronatec Campo agricultores familiares, assentados da reforma agrária, assalariados e povos e comunidades tradicionais. Com o objetivo principal de “fortalecer a agricultura familiar na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável”, o programa tem priorizado matrículas no eixo de ‘recursos naturais’, que envolve cursos como agricultor orgânico, auxiliar técnico em agropecuária, piscicultor e bovinicultor de leite, entre muitos outros. Mais de 60% das vagas preenchidas em 2013 e quase 80% das vagas pactuadas para o primeiro semestre de 2014 pelo MDA são desse eixo. Mas quando se olha o conjunto dos cursos de ‘recursos naturais’ oferecidos em todas as modalidades do Pronatec, 55,6% — mais de 43 mil matrículas — foram realizadas pelo Senar. “Os pequenos produtores, o público que o MST representa, são o público que nós atendemos. Temos curso em quilombos e assentamentos”, enumera a coordenadora do Pronatec Senar. E ela não identifica divergência de projetos entre uma instituição formadora ligada à CNAe alunos que estão inseridos na luta pela reforma agrária. “Na nossa leitura, não há conflito nenhum. Muito pelo contrário. O público que a gente atende é essencialmente rural, são pequenos produtores adultos e os filhos dessas famílias. Às vezes ele tem só duas vacas de leite e o curso é uma forma de ele fazer melhor e conseguir ter a geração de renda com uma atividade que pode desenvolver dentro da sua propriedade”, diz. E completa: “E a questão da agricultura de baixo carbono percorre todos os nossos ensinamentos, em todos os conteúdos que desenvolvemos temos trabalhado o uso sustentável, conservando os recursos naturais”.

Armadilha?

Para Roseli Carldart, todo esse cenário evidencia um papel muito importante e complexo que a educação, principalmente básica e profissional, tem desempenhado nas lutas do campo brasileiro hoje. “O Pronatec tenta dizer que a política de democratização do acesso à educação profissional também está chegando ao campo. Mas é uma armadilha”, opina. Ela explica que o agronegócio precisa do trabalhador assalariado e, por isso, requer algum grau de instrução e capacitação técnica, mas são poucos os empregos gerados. Por um lado, diz, a formação profissional ajuda a formar um exército industrial de reserva (ver edição 27 da Poli).

Mas, segundo Roseli, por conta das especificidades, a versão do Pronatec no campo traz “embutido” um outro projeto: subordinar à lógica do agronegócio o não-assalariado, ou seja, o agricultor familiar e o pequeno agricultor. “Está muito claro para a CNA a importância de avançar sobre a agricultura familiar. Ela faz a leitura das agendas que estão sendo construídas pelos movimentos sociais do campo e tenta bloquear o avanço desse setores ocupando esses espaços”, concorda André Búrigo, professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), que integrou a coordenação de quatro cursos da instituição voltados para a população do campo, inclusive pelo Pronera, e concluiu, no final de 2013, duas turmas do curso técnico de meio ambiente no Paraná e Ceará, com recursos da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, do Ministério da Saúde.

No que diz respeito à educação profissional, por um lado, isso se manifesta na oferta de cursos claramente voltados para atividades ligadas ao agronegócio — o curso de “operador de máquinas e implementos agrícolas”, que pertence ao eixo de ‘recursos naturais’, por exemplo, ensina a operar máquinas e equipamentos agrícolas para a otimização da produção e da mão de obra; atuar no manejo dos solos, das sementes, plantio direto, semeadura, colheita, aplicação de adubos e defensivos agrícolas”, como consta do Guia Pronatec de cursos FIC. “O Pronatec tem um grande rol de cursos do agronegócio. Há regiões do Paraná onde predomina a plantação de pinos que têm cursos de operadores de motosserra, tratorista, profissionais para fazerem pequenos consertos em grandes máquinas. A CNA tem conseguido pautar”, conta Alessandro Mariano, integrante do setor de educação do MST Paraná.

Mas Roseli chama atenção para a presença da mesma perspectiva em cursos que a princípio seriam de interesse dos próprios movimentos sociais do campo. “O que se faz num curso de agroecologia com 160 horas? Transforma-se a agroecologia em meia dúzia de técnicas”, exemplifica. E completa: “Não se pode abordar um tema como esse dessa forma rebaixada. Parece que se consegue colocar no mesmo programa o agronegócio e a agroecologia, tudo remendado”. A partir das experiências que acompanha no Paraná, Alessandro explica que, pela abordagem desses cursos, a agroecologia é ensinada como uma forma de agregar valor à produção, conseguindo produtos que são mais caros no mercado. “Nós pensamos a agroecologia como uma forma de se cuidar melhor da terra e se construir melhores condições de vida”, compara, ressaltando que os cursos do Pronera se aliam a essa perspectiva. “Mas acaba sendo pouco. Hoje temos três turmas de cursos técnico de agroecologia. É pouca a juventude que tem acesso a essa formação”, lamenta.

O descompasso entre os cursos que têm sido oferecidos e essa visão alternativa de campo é ainda mais dramático porque, segundo ele, falta aos produtores uma formação adequada que ajude a levar adiante esse outro projeto. “A prática de agricultura orgânica hoje exige recuperar o

solo, pensar a dimensão da semente, melhorar a variedade da produção... E isso requer um conjunto de conhecimentos que o agricultor não consegue sozinho. Até os cursos FIC poderiam ajudar, mas o que o Senar oferece não é isso”, diz, destacando que se ‘vende’ nos cursos a ideia de um “pacote da agricultura orgânica”, incentivando o produtor a comprar, no mercado, adubos orgânicos que são produzidos pelo agronegócio. “O agricultor precisa entender esse conjunto de relações, as diversas cadeias produtivas que ocorrem”, opina. Para o secretário de políticas sociais da Contag, José Wilson Gonçalves, uma educação profissional que vise realmente fortalecer a agricultura familiar e o modelo agroecológico precisa partir dos conhecimentos que o homem do campo já tem. “Ele tem conhecimentos extraordinários, mas é preciso qualificar isso para que ele consiga produtividade sem agredir o meio ambiente, sem usar os pacotes tecnológicos que o agronegócio usa, para que ele aprenda a colocar seu produto no mercado dos municípios, feiras, enfrentando desafios que parecem verdadeiras barreiras para a gente, como a própria legislação sanitária”, diz.

Alessandro ressalta ainda que a lógica do agronegócio tem se feito presente mesmo em processos formativos que não são executados pelo Senar. Ele conta o caso de um curso de agricultura orgânica pactuado com Institutos Federais do Paraná em que, como só havia opção de formação inicial e continuada, a proposta foi organizar o conteúdo em três fases de 160 horas cada. “A ideia era ir pensando um conjunto que acompanhasse o experimento dos agricultores, fazendo a transição do convencional para o agroecológico. Onde esse curso saiu, o Instituto não conseguiu absorver essa demanda nem no número de agricultores nem na necessidade formativa. Em outros lugares, como a região

de Ortigueira, ele simplesmente não saiu e acabou virando curso de agronegócio”, relata. E conclui: “O Senar já oferecia esses cursos antes do Pronatec, inclusive nos assentamentos. Como ele ajudou a montar o Pronatec, o desenho do programa vem atender ao que ele já fazia”.

E o que dá unidade a esse desenho é, segundo ele, a ideia de “empreendedorismo rural” — exatamente aquele compromisso assumido pela presidente da CNA, Kátia Abreu, na fala que abre esta matéria. Segundo ele, ensina-se ao agricultor como produzir melhor para disponibilizar seus produtos no grande mercado. “Procura-se, por exemplo, melhorar a qualidade do leite produzido para entregar nas cooperativas do agronegócio”, diz. E analisa: “Isso faz com que o agricultor fique refém. Ele perde a autonomia de lidar com a terra e produzir variedade de alimentos”. Com essa crítica ele não nega a necessidade dos produtores de venderem seus produtos, ao contrário, mas aponta a necessidade de se pensar isso a partir de outras relações. No Paraná, por exemplo, existem 15 cooperativas que produzem e vendem alimentos para merenda escolar, em feiras agroecológicas, participando inclusive de programas governamentais de incentivo ao pequeno agricultor. Já a lógica do empreendedorismo, pensando a pequena propriedade como um negócio, pode, na avaliação de Alessandro, trazer consequências importantes, como o fim da estrutura de trabalho familiar na terra, a partir da contratação de “funcionários”, e a criação de um padrão de produto selecionado, desconsiderando-se toda a diversidade de produção possível. Na sua opinião, o “empreendedorismo rural” que tem orientado os cursos de educação profissional no campo financiados pelo dinheiro público tem como objetivo final aliar o pequeno produtor ao grande. “No



Curso de bovinocultura de leite do Senar em comunidade rural do Bico do Papagaio, Tocantins.

Paraná, temos regiões inteiras em que o agronegócio introduziu o pinos. Hoje, as empresas arrendam a terra do pequeno agricultor para fazer essa plantação. Ele só mora lá, rodeado de eucalipto. A tendência é que essa família venda a terra”, exemplifica.

Mesmo com todas essas críticas, o braço educacional da CNA tem se feito presente não só junto a pequenos proprietários em geral como também entre os assentados da reforma agrária, inclusive de militantes do MST. Raquel diz – e os números até agora comprovam – que no caso do Pronatec Campo, que tem a mediação do MDA e portanto consegue garantir alguma discussão com os movimentos sociais, as instituições públicas de ensino têm sido apontadas como prioritárias na execução dos cursos. Alessandro garante que, no Paraná, o MST “não faz parceria com o Senar”, mas identifica regiões em que, por falta de opção, as lideranças procuram o Senar para demandas específicas, tentando ajudar a pautar o curso, principalmente através do contato direto com os professores, que muitas vezes são conhecidos e reconhecidos pelo conhecimento que têm. “Não se trata de ser contra alguém fazer um curso para aperfeiçoar a horticultura, por exemplo. Não se trata também de rechaçar em bloco o programa. O problema é a lógica embutida, porque a pessoa pensa que está melhorando, mas está sendo capacitada para ser destruída como camponês”, define Roseli Caldart. E completa: “Não existe agronegocinho”.

O rural entrou na agenda

Todo esse cenário mostra, de acordo com a análise de Roseli Caldart, que o rural “entrou na agenda” na educação. Essa importância, que os movimentos sociais organizados reclamaram desde a 1ª Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, em 1998, veio, no entanto, segundo ela, pelas mãos das grandes empresas que participam do processo recente de modernização capitalista na agricultura, embora com apoio governamental. “Isso é expressão de uma fase do capitalismo. Essa relação de domínio das empresas transnacionais no campo é recente. O antigo latifúndio se caracterizava pela dominância de relações pré-capitalistas e, portanto, não precisava da ampliação da instrução dos trabalhadores”, explica.

E os exemplos desse novo interesse pela educação no campo vão além da educação profissional no sentido estrito. O próprio Senar, que, como integrante do Sistema S tem sua identidade nesse nível de ensino, desenvolve, pela sua unidade do Paraná, um projeto integrado à educação básica em escolas públicas e privadas. Trata-se do 'Agrinho', um programa que, entre outras iniciativas, oferece capacitação docente, produz livros didáticos que propõem e subsidiam o trabalho de pesquisa dos estudantes em temas (e abordagens) previamente selecionados e promove um concurso de redação que premia alunos e professores. Iniciado em 1995, o programa hoje já abrange todos os municípios do Paraná e se expandiu para outros oito estados e o Distrito Federal.

Segundo a revista comemorativa dos 15 anos do programa, o Agrinho nasceu como uma resposta à “preocupante questão dos agrotóxicos”, que se apresentava naquele momento com alto número de intoxicações. O objetivo do programa, que criou até personagens próprios para seu material didático, era buscar formas de “conscientização da população”. Para isso, o Senar encontrou uma solução ‘diferente’: buscou a parceria de empresas como a Zêneca Brasil LTDA, que é fabricante de agrotóxicos, e “no primeiro ano do programa atuou nos cinco municípios-piloto orientando as escolas a elaborarem uma pesquisa envolvendo os alunos e agricultores sobre a realidade do manuseio, aplicação, proteção individual e destinação das embalagens”. Um exemplo da abordagem incentivada é a primeira redação de aluno premiada pelo Agrinho, em 1996, que contava a história de uma embalagem de agrotóxico que se sentiu culpada por ter prejudicado o meio ambiente. “Na formação na área da saúde, o Senar tem um papel muito forte, por exemplo, no tratamento das questões relativas ao agrotóxico”, reconhece André Búrigo. E, evidenciando a coerência com a proposta do Agrinho, que atua sobre a educação básica, ele destaca que a abordagem dos cursos voltados para os trabalhadores é a de incentivar a proteção individual. Vários depoimentos de alunos que passaram pelo Agrinho, destacados na publicação comemorativa do programa, confirmam a linha: “Mesmo sendo muito novo, tinha oito anos, consegui mudar alguns hábitos do meu pai. Antes ele só queimava as embalagens de veneno, com o Agrinho ele aprendeu a fazer a tríplex lavagem e a armazená-las”, diz um deles. Búrigo critica: “Não se questiona o modelo que depende e defende o uso de agrotóxicos. Opta-se por culpabilizar os indivíduos pelos problemas de saúde gerados por essas substâncias”. O caráter de treinamento rápido que os cursos adquirem acaba por justificar, na opinião do pesquisador, a ausência das discussões de fundo. “O Senar desenvolve ações de prevenção de câncer de colo de útero, por exemplo. Mas não apresenta o debate sobre o que produz esse câncer. Uma das possíveis causas, inclusive, pode ser a ingestão de agrotóxicos”, cita.

O papel dos Institutos Federais

A partir do momento em que, com o Pronatec, a execução de cursos rápidos no campo brasileiro virou meta a ser cumprida, os institutos federais, principais instituições públicas envolvidas com o programa, se viram diante do desafio de dar conta de todas essas especificidades do meio rural. Até porque na modalidade em que o MDA é demandante, e que conta com mais participação dos movimentos sociais, a tendência tem sido escolher essas instituições – e não o Sistema S – como ofertantes. Clarice dos Santos, do Pronera, testemunha a dificuldade dos Institutos Federais em atender ao Pronatec Campo. “Eles alegam não ter

recursos para levar os professores aos assentamentos nem para contratar quem já foi formado nos assentamentos. Isso são questões que precisam ser resolvidas porque mostra que os IFs não estão preparados para atender à necessidade da população do campo como ela se configura”, avalia.

Se, por um lado, essa dificuldade remete ao modelo fechado do Pronatec, que por sua vez esbarra na falta de recursos para flexibilizar de acordo com as especificidades do campo, por outro, existe um certo consenso sobre problemas em relação aos próprios Institutos Federais. Ricardo José Marinho, professor da Universidade do Grande Rio que estuda a história dessas instituições, explica que a tal expansão da rede federal, que se formalizou num arranjo legal a partir de 2008, se valeu de uma série de instalações que já existiam, com vínculos e graus de dependência distintos, como é o caso das escolas agrotécnicas. “Acontece o óbvio: uma instituição que ganha autonomia vira uma boutique de cursos e se desresponsabiliza pela sua relação com o campo”, explica. Ele exemplifica com o Instituto Federal do Rio de Janeiro, que se formou a partir de uma escola técnica agrária da região do Médio Paraíba, que era ligada à Universidade Federal Fluminense. De acordo com Ricardo, quando se tornou IF, ela ganhou autonomia, passou a oferecer curso superior e tem um polo de Educação à Distância, que oferece inclusive cursos de nível médio que concorrem com os cursos presenciais, e ainda tem que atender à demanda do Pronatec, que atinge toda a rede. “Resultado: uma instituição que até pouco tempo funcionava como escola agrotécnica hoje tem dificuldade de se ver assim”, resume. Para completar o cenário, segundo ele, algumas

dessas unidades estão sendo tensionadas por uma mudança no “arranjo produtivo local”, como é o caso do Instituto Federal localizado na região satélite de Volta Redonda, também no Rio de Janeiro. “O arranjo local já foi agrário, e ainda é em parte, mas hoje é também urbano, siderúrgico”, exemplifica.

O problema, segundo ele, é que tanto o Pronacampo como o Pronatec Campo acabaram não atendendo à demanda rural ou agrária porque não construíram um perfil real de cada unidade rural criada ou transformada em IF. “É preciso saber qual é a demanda naquela região, se é que tem”, aponta Ricardo. E essa é, na sua avaliação, uma discussão “bastante fina” que envolve a questão demográfica no campo.

A tensão entre as referências do campo e da cidade está presente também na análise que o secretário da Contag faz do papel dos IFs nesse cenário. “Os profissionais que estão nos IFs são formados pelo modelo de educação que está aí, olham para o centro urbano. A grande maioria não tem capacidade de fazer a crítica ao atual modelo de agricultura, de focar na agroecologia, por exemplo. Não é qualquer profissional que está preparado para dar aula no campo”, diz José Wilson. Mas completa: “Houve uma expansão significativa da rede federal. E nós temos que ocupar esses espaços. Eles não podem estar a serviço do agronegócio”.

Formato padrão campo-cidade

Muitas dessas dificuldades, no entanto, também costumam ser atribuídas ao modelo fechado do Pronatec, que foi ‘importado’ da cidade para o campo. José Wilson conta que a Contag fez uma parceria com o Instituto Federal de Brasília para desenvolver, pelo Pronatec, um projeto-piloto com cinco turmas, mas, segundo ele, precisou bancar mais de 50% dos custos reais dos cursos. “Porque o Pronatec não está estruturado para atender à realidade do campo”, avalia. Ele enumera alguns problemas: em primeiro lugar, apesar da grande expansão dos últimos anos, não existem IFs em todas as cidades do campo; e os recursos, repassados no mesmo formato da bolsa-formação que atende às outras modalidades do Pronatec, não dão conta das necessidades de deslocamento e alimentação no campo. Segundo José Wilson, a Contag, junto com outras instituições, já entregou um documento à presidente Dilma Rousseff defendendo a necessidade de se implementar no Pronatec Campo a pedagogia da alternância, e de se garantir recursos, por exemplo, para a hospedagem das pessoas. “O recurso que está previsto para deslocamento obriga o homem do campo a andar cinco, dez quilômetros. Na alimentação, só dá para um lanche. É desumano”, conclui. Alessandro resume o problema: “O Pronatec é um programa padrão para atender ao conjunto cidade-campo, e isso é um limitador”.

Mesmo antes do Pronatec, no entanto, o Senar já se organizava de forma a ir ao encontro do produtor e do trabalhador rural, sempre sob demanda. “O Senar não tem sala de aula. A comunidade não precisa ir, o Senar vai”, explica Janei Resende. Mas essa experiência – e essa estrutura – tem se restringido, até hoje, a cursos de formação inicial e continuada, de curta duração. O Senar está agora tentando implementar pelo Pronatec o curso técnico de floresta, o único de nível médio que ele já desenvolveu, de forma experimental, em parceria com o Instituto Federal do Tocantins. “É uma nova etapa do Senar”, anuncia.

Essa limitação da carga horária não tem sido uma exclusividade do Senar. Em 2013, o MDA também não conseguiu nenhuma matrícula em curso técnico pelo Pronatec Campo. Para 2014, segundo Raquel

Martins, estão previstas duas turmas de 30 alunos cada, na modalidade concomitante. “Cursos FIC não resolvem os problemas da população do campo”, opina Clarice. Segundo ela, o MDA vai aproveitar o Pronatec Campo porque há muitos recursos envolvidos, mas vai tentar integrar as ações e articulá-las com o processo de escolarização dessa população, até para que se abra caminho para a realização de cursos técnicos. O ideal, diz, é que o Pronatec funcione como complemento a essa formação mais sólida, com cursos voltados para práticas específicas. André Búrigo concorda que é preciso avançar na realização de cursos técnicos, mas sem eliminar a possibilidade de pessoas que não têm escolaridade ou condições práticas para um curso mais longo poderem aprender técnicas específicas, que podem ser ensinadas em cursos FIC.

Opções da política

Búrigo defende que o mais importante não é analisar os cursos no varejo, mas criticar as opções que têm sido feitas pela política. “Não tenho dúvida de que existe muita gente boa trabalhando nos cursos do Senar. Já vi isso em assentamento de Reforma Agrária no Paraná, por exemplo”, reconhece. Mas pondera: “Por um lado, isso mostra também a efetividade da estratégia. Mas, para mim, a grande questão é que não deveria caber ao Senar tocar uma política pública de educação profissional. No caso da saúde, por exemplo, temos uma Rede de Escolas Técnicas do SUS que deveria estar à frente disso, até para que esses cursos estivessem alinhados aos princípios e diretrizes do SUS e, mais especificamente, à Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta. Afinal, cabe ao Senar ou ao SUS fazer prevenção de câncer de colo de útero?”.

Para o pesquisador, o Pronatec, tanto na versão Campo, tocada pelo MDA, quanto na versão Senar, significa um retrocesso em relação às conquistas que a população e os movimentos sociais do campo tinham alcançado. “Desde 1998, quando o movimento ‘Por uma Educação do Campo’ se expressou de forma mais organizada, houve um acúmulo de discussões protagonizado por quem de fato organiza e faz um debate democrático, construindo isso com as comunidades e os educadores do campo que estão lá nas escolas do campo, no interior. E isso é completamente ignorado quando o MEC chama o Senar para construir um programa e ainda por cima nos moldes do Pronatec”, critica, e pergunta: “Que tipo de democracia se está fortalecendo quando se passa a investir um volume de recursos nunca antes destinado para a Educação do Campo junto a uma instituição vinculada a latifundiários, que oferece cursos baseados em estudos que não tiveram a participação das populações do campo?”.

Roseli Caldart confirma que, do ponto de vista da discussão da política, nem o MST nem a Contag nem outras organizações representativas dos trabalhadores do campo foram chamadas. Búrgio compara: “É como se a gente agora fosse fazer no caso da educação do campo o que se faz em relação à agricultura como um todo: o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), que tem muito dinheiro, é o ministério do agronegócio, e o MDA, que tem pouco dinheiro e está completamente sucateado, é o ministério dos agricultores pobres. Agora o Ministério da Educação assume a sua camisa de Mapa quando vai construir essa política com uma entidade que pertence à classe patronal”. Procurado, o MEC não enviou informações sobre a política nem teve disponibilidade para dar entrevista.

Quando fala das conquistas que esse movimento pela educação do campo teve, o pesquisador se refere, principalmente, ao Pronera, que também integra o Pronacampo e é muito anterior ao Pronatec. Para Clarice dos Santos, coordenadora do programa, a construção do conteúdo e do formato dos cursos em parceria com os movimentos organizados de trabalhadores do campo é, de fato, um diferencial dessa iniciativa. “A primeira vez que se teve camponeses e trabalhadores discutindo sobre educação do campo, por uma perspectiva dos seus interesses, foi com o Pronera”, diz. Ela conta que o programa nasceu a partir, principalmente, de uma grande mobilização política que o MST conseguiu fazer em 1997, logo depois da chacina de Eldorado dos Carajás, em que 19 integrantes do Movimento foram mortos pela polícia no Pará. E o lugar encontrado para abrigar essa política, curiosamente, não foi o MEC, mas o Ministério do Desenvolvimento Agrário. O diferencial do programa, explica Clarice, é que o Pronera reconhece a participação dos movimentos sociais não só como demandantes, mas em todo o processo, inclusive na coordenação dos cursos.

No caso do Pronatec, os demandantes são os ministérios ou secretarias de educação. A coordenadora do programa no Senar explica que, em geral, essa demanda se pauta por estudos realizados por outros órgãos ou instituições, como o Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio (MDIC), sobre necessidade de mão de obra em cada região. Identificada a carência, todos os envolvidos saem a campo para mobilizar os possíveis beneficiários. Na versão específica do Pronatec Campo, segundo Raquel Martins, os movimentos sociais têm sido chamados pelas delegacias federais do desenvolvimento agrário, que o MDA mantém nos estados, para uma ou duas reuniões por semestre

em que se discute a demanda de cursos. O militante do MST no Paraná, no entanto, narra uma experiência negativa mesmo nesse nível de participação. “Fomos chamados para uma primeira reunião estadual para discutir a demanda com os Institutos Federais. Quando esse processo se descentralizou para as regiões, mudou tudo. Na reunião de pactuação, fomos chamados apenas para testemunhar o que já estava resolvido”, conta Alessandro.

O processo de discussão a ação conjunta que os movimentos sociais reconhecem no Pronera se expressa de forma concreta no formato dos cursos. Um exemplo é que, diferente do Pronatec nas suas diferentes modalidades, o Pronera utiliza a pedagogia da alternância, em que os cursos são divididos em dois momentos principais: um é o tempo-escola, em que os educandos ficam reunidos no mesmo espaço, tendo aulas práticas e teóricas, participando do planejamento e da avaliação das atividades; o outro é o tempo-comunidade, em que eles voltam para seu local de origem para pesquisar a sua realidade e registrar essa experiência. Esse formato garantiria uma maior procura e uma evasão menor, já que não afasta completamente o camponês do seu trabalho e da sua terra. Com isso, viabiliza a realização de cursos mais longos, de formação técnica, por exemplo, diferente do Pronatec, que tem oferecido quase que exclusivamente cursos de formação inicial e continuada, que têm, em sua maioria, 160 horas. “Os camponeses transformaram o Pronera. No início, era só Educação de Jovens e Adultos, alfabetização e anos iniciais. Hoje temos graduação e até pós-graduação. O que isso está produzindo de mudança no campo? As pessoas estão estudando para continuar trabalhando na roça”, resume Clarice. ●

MARIA HELENA MOREIRA ALVES

‘O inimigo interno é, no conceito da pacificação de hoje, o povo todo das favelas’

Viviane Tavares

O Brasil inteiro se acostumou a assistir, por anos a fio, notícias da violência que caracterizava a vida de uma de suas cidades: em qualquer canto desse país, todo mundo sabia que, no Rio de Janeiro, traficantes de drogas instalados nas favelas imprimiam um clima de guerra à população. Em 2009, o Brasil inteiro recebeu, com otimismo, o anúncio de uma política que expulsaria o tráfico, ‘pacificando’ as favelas cariocas. Cinco anos depois, esse mesmo Brasil inteiro assiste, na tela da mesma TV, a cenas em que moradores dessas comunidades interditam ruas, queimam pneus em protesto e atacam a sede da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), chorando seus mortos – só que, agora, pela polícia.

Depois de passar seis meses visitando, conhecendo e entrevistando pessoas de diversas favelas cariocas, Maria Helena Moreira Alves, professora aposentada da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), acaba de lançar o livro ‘Vivendo no fogo cruzado’, que ajuda a entender esse processo. Nesta entrevista, ela explica que o projeto de pacificação que chegou ao Brasil tem origens num programa norte-americano que foi aplicado durante a Guerra do Vietnã e que tem semelhança com a experiência de outros países, como a Colômbia. Ela localiza na ditadura o início da construção de um inimigo interno, que hoje se identifica com as populações de favela. E alerta: as pessoas reagem quando começam a perder seus filhos.

A política de ‘pacificação’ no Brasil vem desde Duque de Caxias, passa por Canudos e hoje é encontrada nas favelas. Como se deu isso historicamente e como você avalia o que temos hoje?

É claro que já temos todo um precedente que apoia isso, mas o que nós temos hoje, o programa da UPP e o termo pacificação, está ligado diretamente ao programa dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã, que, aqui, está ligado à doutrina de segurança interna, que foi aplicada durante toda a ditadura militar. Isso foi criado durante a ditadura, não foi com Duque de Caxias nem com a escravidão. Apesar de podermos dizer que o Bope [Batalhão de Operações de Polícias Especiais] parece o capitão do mato, na verdade ele é um soldado armado para enfrentar uma guerra interna, e o inimigo interno é, no conceito da pacificação de hoje, o povo todo das favelas.

Costuma-se dizer que a referência da UPP aqui no Brasil veio da Colômbia. Você diz que veio do Vietnã. O que há em comum na experiência de Brasil, Colômbia e Vietnã?

Têm em comum o cerco, a tomada do território, o trabalho primeiro militar, seguido de um trabalho social. No Rio o trabalho social nunca chegou, ficou só no repressivo. Em Bogotá sim, teve mais trabalho social, que também não foi adiante, mas a repressão foi mais intensa. O Vietnã foi o modelo, com um programa que se chamava *Pacification Hamlets*. Era o cerco das aldeias que eles achavam que estavam sob influência dos vietcongues, em áreas do Vietnã do Sul, que estava em guerra com o Vietnã do Norte. Os Estados Unidos apoiavam o Vietnã do Sul, mas havia várias áreas que estavam sob influência dos vietcongues.



E nesses territórios eles fizeram o *Pacification Hamlets*, que seguia muito o modelo que agora a gente vê da UPP: primeiro uma invasão militar do território, seletivamente eliminando os líderes mais importantes; depois uma segunda onda de repressão que envolvia tortura não seletiva - já não eram os líderes, mas qualquer pessoa comum que eles pegavam, torturavam e jogavam para as outras verem, como parte do terror; e controle de modo que a aldeia ficasse pacificada pelo medo. Mas vinha uma segunda etapa que era para ganhar corações e mentes, com programas de educação, esportes em geral e saúde também, com muita coisa voltada para crianças. A ideia era dividir a comunidade, que algumas pessoas que estivessem envolvidas em programas sociais achassem bom e tentassem ignorar a parte repressiva. E a parte repressiva passava a ser mais escondida. No caso do Vietnã, quando houve o massacre muito famoso em My Lai, o povo se rebelou e os Estados Unidos tiveram que fugir quando perderam a guerra. E o mesmo vai acontecer no Brasil. Chega um momento em que a política de terror gera mais raiva do que medo. É par-

te da própria sobrevivência: qualquer animal quando está muito acuado se defende atacando. E essa reação vem quando você começa, por exemplo, a perder seus filhos.

Qual é o objetivo da pacificação e quem está sendo pacificado?

A população que está sofrendo esse processo é aquela que não é útil para o sistema econômico. Então, se eliminá-la, não faz falta. O que eles estão eliminando são os jovens pobres, negros, analfabetos que não servem para a mão de obra, aquela mão de obra fácil, que já tem muito. Em termos de direitos humanos, o Brasil é um dos piores países. É sempre importante lembrar que estamos em um país que não está em guerra declarada, embora o ex-governador do Rio de Janeiro tenha declarado guerra, mas isso foi da cabeça dele. O Brasil está em situação de rebelião popular, mas não é uma guerra civil, ainda. Espero que não venha a ser. Se continuar essa pressão, até pode vir a ser, como é o caso da Colômbia. Muitos casos, como o da Nicarágua, com o levante de Manágua, que eu vivi quando morei lá, foram causados também pelo terror, que controla até certo ponto. Depois, quando você não tem mais esperança, acaba o medo. O levante de Manágua foi quando aconteceu a operação Herodes, no final do governo contra os sandinistas, na qual eles mandaram rodear certas áreas mais combativas de Manágua, retiraram à noite das casas os maiores de dez anos e metralharam na rua, com argumento de que eles já estavam entrando na Frente Sandinista de Libertação Nacional. É muito parecido com a forma como a polícia brasileira fala que o jovem vai virar traficante: ‘Nasceu, vira criminoso’. E eles mataram tantas crianças, que houve uma rebelião total, as pessoas se juntaram aos sandinistas e fortaleceram o movimento, que ganhou a revolução. E as pessoas falaram que acabou o medo quando não tinham mais nada a perder. Hoje, o que temos? O Bope entra nas casas, arromba as portas, bate nas pessoas... Ouvi relatos de mulheres que falavam ‘Graças a Deus meu marido não estava em casa, porque quando tem homem eles matam’.

Mas, nos exemplos que você cita, como o da Nicarágua, havia forças de esquerda organizada com a qual a população revoltosa se aliou. Como isso se dá no Brasil?

Nós temos um exemplo histórico único no Brasil de organização de revolta popular, que são os quilombos. Infelizmente, não se trabalha muito com isso, mas somos um dos únicos países que teve uma revolução popular de escravos que chegaram a fundar cidades, foram mais de 8 mil quilombos. Eu acho que ainda temos essa cultura nas favelas pelo trabalho comunitário, o chamado mutirão. Existe muito dos quilombos nesse sentido. Fiquei admirada de ver que, quando começava um tiroteio nas favelas, apareciam pessoas de tudo quanto era lugar e esvaziavam a escola em 20 minutos. Retiravam mil crianças, não necessariamente deles, mas de vizinhos, e elas ficavam protegidas até os pais voltarem. É uma organização comunitária muito profunda de solidariedade. Não é que as pessoas estejam a favor do tráfico ou achem o tráfico melhor do que a polícia, mas diziam o seguinte: o traficante local é da comunidade, nós temos menos medo dele porque se você não for diretamente contra ele, ele não faz nada com você nem com a sua família, já a polícia não, vai contra todo mundo. A diretora de uma das escolas em que eu estive no Complexo do Alemão me contou que, durante um tiroteio muito grande, houve um momento em que o Bope entrou, com Caveirão e tudo, e começou a dar tiros de dentro da escola. Tiraram até telhas para dar tiro. E no dia seguinte veio o chefe do tráfico reclamar com ela, dizendo: ‘como é que você deixa uma coisa dessas? Eu tenho filho nessa escola’. Agora, sobre rebelião popular, é outra coisa. Acho que você tem razão. Nós não temos condições hoje de organizar nenhuma resistência – eu nem diria rebelião – com caminhos dirigidos, como tínhamos esperança, quando fundamos o PT, de que o partido fizesse esse papel. Seria o caminho da classe trabalhadora guiada pelo PT para um jeito petista de governar, mudando todas as referências, não fazendo alianças, inclusive

Em 2007, o então governador do Rio de Janeiro, Sergio Cabral, em defesa da legalização do aborto, declarou que esta iniciativa seria importante como forma de conter a violência no estado. Segundo ele, as mães das favelas eram “fábrica de produzir marginal”, declaração que causou grande comoção na época.

com uma coisa que também não aconteceu, e que é triste, que era o novo movimento sindical ser autônomo, não ligado a nenhum governo. Durante um tempo isso foi muito forte, mas hoje a CUT tem dirigentes no governo, acabou a autonomia do movimento sindical e, de certa maneira, de outros movimentos também. Então, diminuiriam os movimentos sociais como uma corrente que possa organizar o povo e não existe partido que possa organizar o povo em geral, porque todos estão vinculados a uma política de interesses. Isso é muito grave porque a população deixou de acreditar nas instituições. E o que pode ser uma rebelião popular, então? Pode ser uma explosão social, do tipo queima tudo, quebra tudo, sem direção, que pode virar fascista ou pode ser só quebra-quebra e ter um massacre geral de repressão e voltar à situação de repressão interna das comunidades mais pobres. Até ter outra explosão. Isso acontece em vários países. Tem que ter um grande líder carismático e todo um movimento por trás organizado para conseguir isso. E o Brasil não tem mais nem um líder carismático. Eu acho que o Lula ainda é, mas já não tem mais a força da condução de um movimento, como tinha antes. Ele podia ter feito isso em 2002, acho que tinha 80% de aprovação para fazer transformações profundas. Na hora em que não fez, em que começou a fazer alianças para governar dentro do modelo político que existe, tirou essa possibilidade. E hoje em dia acho que o povo está descrente. Então nós podemos ter uma situação de

muita confusão, muita briga na rua, mas sem uma condução política.

Você disse que a política de segurança mudou muito pouco, mas muitas pessoas acreditaram nas UPPs. Por quê?

Acho que as pessoas tiveram uma esperança muito grande por chegarem outras coisas com a UPP. E foi-se vendo, com o passar do tempo, que não era isso. Lembro uma frase de uma moradora da Rocinha [favela do Rio de Janeiro] que, quando perguntada se era a favor da UPP, respondeu: 'Estou em silêncio'. E foi indagada que, se estava em silêncio é porque estava gostando, e ela respondeu que o silêncio significava o medo. Se você mora lá, diante da violência, não é possível dizer que é contra, com sua família na mira de uma metralhadora em cada esquina. E essa população está em um fogo cruzado porque os donos do morro ainda estão lá, mas os mandantes estão fora da favela. No livro 'Vivendo no fogo cruzado', a entrevista com Beltrame [secretário de segurança do Rio de Janeiro] mostra que não tem traficante nas favelas, que eles moram fora das favelas, o que existe é o pequeno tráfico, vendido em envelopinho de R\$ 300. O governo não está com véu nos olhos e sabe quem comanda o tráfico e quem comanda o tráfico é internacional.

Ainda é cedo para avaliar a estratégia adotada no Brasil, como defende o secretário de segurança pública do Rio de Janeiro José Mariano Beltrame? O que já dá para avaliar hoje?

A UPP está muito clara. É possível avaliar há muito tempo. O Beltrame, por ser um intelectual e ter uma certa vivência que vai além da UPP, ele não gosta muito do programa. Inclusive na entrevista do livro ['Vivendo no fogo cruzado'] ele diz que não gosta do nome 'pacificação' por chamar muita atenção ao que realmente é. O que não está claro é por que o governo federal está apoiando. E por que a Ministra de Direitos Humanos chora quando vê uma notícia como a da

mulher arrastada [Cláudia Silva Ferreira], a do Amarildo, e depois não faz nada de concreto. Não tem uma intervenção do Governo Federal. E tinha na época do Lula, isso eu tenho que dar crédito a ele, mas ele acabou se aliando ao Cabral, e a aliança com o Cabral foi mais importante do que os direitos humanos. Aliás, ele nos falou isso em uma das entrevistas: que faria aliança até com o diabo se fosse necessário para o Brasil aprovar as leis sociais para acabar com a pobreza. 'E para passar as leis no Congresso, eu preciso do PMDB. E o PMDB no Rio é o Cabral. Eu tenho que me aliar ao Cabral', ele disse. Era uma crítica dele mesmo ao sistema de governo. Ainda estávamos no Pronasci [Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania], mas ele já sabia que o programa iria morrer. O que precisamos é uma reforma geral, temos que rever a Constituição. Antes eu falava de desmilitarizar, mas agora eu defendo que a PM deve ser abolida. Precisamos de uma polícia civil para lidar com o povo, melhorá-la, treiná-la, trabalhar com inteligência, não pode ser os que estão aí hoje, mas acho muito difícil. A PM está nas mãos dos governadores.

Por que o Pronasci não vingou?

Eu acho que existem interesses por trás que estão vinculados ao crime organizado e que não querem que o programa dê certo. Realmente não interessa a muita gente poderosa – eu não diria que está no poder, diria poderosa – do crime organizado internacional, que está vinculado com o crime local, que isso dê certo. É mais fácil comprar a polícia, formar miliciano, do que ter uma polícia eficaz que trabalha com a comunidade e vai prevenir crime. Isso é bem claro. Os governadores não querem porque têm o Exército nas suas mãos e muitas vezes defendem interesses não só deles, mas interesses econômicos próprios. Vi uma notícia de que a senadora Kátia Abreu está apresentando um projeto no Congresso que elimina o cadastro das empresas que têm trabalho escravo. Isso é muito grave e mostra como ainda existem interesses até para manter a escravidão.

A investigação coordenada por Philipp Alston, relator especial da ONU sobre Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias, aponta diversas iniciativas como o fim da polícia militar e do caveirão, a instalação da ouvidoria da polícia de forma séria e a eliminação dos 'autos de resistência' ou 'resistência seguida de morte' para o avanço da segurança pública no país. Isso pode ajudar?

As sugestões do Philipp são importantes porque vêm da ONU, mas Luiz Eduardo Soares já falava isso e continua falando. Hoje a OAB já assumiu esse discurso. É importante que seja a ONU porque há possibilidade de sanções sobre o Governo Federal. E não vai ter esse papo de que não posso intervir porque a Constituição não deixa. Isso é difícil porque faz parte da geopolítica internacional não falar da violência do Brasil, não falar mal da UPP, não fazer sanção. Se o que está acontecendo no Brasil fosse na Ucrânia seria um escândalo internacional. Há todo um esquema internacional, porque querem que o Brasil continue fazendo o seu papel de subimpério. A doutrina de segurança nacional com desenvolvimento existe ainda e o papel geopolítico do Brasil como a Escola Superior de Guerra concedeu ainda está vigente dentro do contexto geopolítico internacional. Não é à toa que o Obama deu palmadinha nas costas do Lula e falou que ele é o cara. O Lula não entendeu o que isso quis dizer. Ele é o cara ideal para conduzir o país em uma geopolítica que interessa aos Estados Unidos, que nunca quiseram reformas políticas profundas no Brasil. Pode ter o Mujica no Uruguai que eles aguentam, dão prêmio, mas o Brasil é outro papo. O Brasil tem fronteira em quase toda a América Latina, domina o Atlântico inteiro, de lado a lado, com isso domina a África, e isso tudo está dentro da concepção da doutrina de segurança nacional e internacional da Escola Superior de Guerra. ●



Tropas do exército vão atuar na segurança da Copa em junho

Vai ter Copa: a que custo?

A poucas semanas do início do evento, falta de transparência nos gastos públicos, acidentes nas obras dos estádios e militarização do evento polarizam debates sobre a Copa

André Antunes

Faltam poucas semanas para o início da Copa do Mundo no Brasil, mas fora de campo, outra disputa já está a pleno vapor: a que diz respeito à popularidade do evento entre os brasileiros. Segundo pesquisa do instituto Datafolha divulgada em abril, 55% dos entrevistados acreditam que a Copa trará mais prejuízos que benefícios, a primeira vez desde 2008 que esse percentual supera o de pessoas que acreditam que os benefícios da Copa serão maiores que seus prejuízos. Por sua vez, o número de pessoas contrárias ao evento cresceu, no período, de 10% para 41% dos entrevistados. Outra pesquisa, realizada pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT), de fevereiro deste ano, apontou que 50,7% dos entrevistados não apoiariam a candidatura do Brasil caso a escolha fosse hoje. De olho nas pesquisas, a Secretaria Geral da Presidência da República lançou, também em abril, uma cartilha em que argumenta que a Copa trará inúmeros benefícios ao país, entre eles crescimento do número de vagas de empregos, aumento no fluxo de turistas durante o evento, etc. Do outro lado dessa disputa, movimentos sociais também resolveram lançar cartilhas para contrapor-se aos argumentos do governo, como foi o caso do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs). Falta de transparência nos gastos públicos, ameaça de militarização e aumento da repressão durante a Copa estão entre as principais causas de apreensão desses grupos.

Gastos não contabilizados

Talvez o assunto que tenha gerado mais indignação desde o anúncio do Brasil como país-sede da Copa 2014, os gastos públicos para a realização do evento, de acordo com a Matriz de Responsabilidades – cuja última atualização foi em setembro do ano passado – giram em torno de R\$ 25 bilhões. No entanto, na cartilha ‘Copa para quem? Quem vai pagar a conta?’, o Pacs defende que a Matriz de Responsabilidades não apresenta

a conta toda, citando como exemplo de gastos que não constam nas contas oficiais as isenções fiscais concedidas à Fifa, suas subsidiárias, parceiras comerciais e prestadores de serviços. Essas, inclusive, vinham sendo acompanhadas pelo Ministério Público Federal, que entrou com ações questionando a constitucionalidade de artigos de leis criadas para atender às garantias dadas pelo governo brasileiro à Fifa quando da escolha do país como sede da Copa, em 2007. Uma delas foi analisada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no início de maio. Por dez votos a um, os ministros do STF julgaram improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4976, que questionava artigos da Lei Geral da Copa (lei 12.663/12) que, entre outras medidas, responsabilizam a União por prejuízos causados à Fifa por terceiros e por fenômenos da natureza durante o evento. O relator do processo, ministro Ricardo Lewandowski, que votou pela improcedência da ação, justificou-se afirmando que o compromisso de sediar a Copa foi assumido “livre e soberanamente” pelo Brasil à época de sua candidatura, e entre as garantias prestadas pelo país “figura a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do evento”.

Em sua cartilha, o Pacs também alerta para outros custos com o evento que não integram as contas oficiais, como os relacionados às estruturas temporárias que serão construídas nas cidades-sede durante a Copa para as chamadas *Fan Fest* da Fifa. Segundo o Pacs, durante a Copa das Confederações as seis cidades-sede do evento gastaram, juntas, mais de R\$ 200 milhões com essas estruturas. Essa questão também vem se dando nas instâncias judiciais: os Ministérios Públicos dos estados que receberam os jogos entraram na Justiça pedindo que a Fifa devolva esse dinheiro às cidades-sede; uma ação do MPF, por sua vez, pede que a Fifa arque com as despesas com estruturas temporárias durante a Copa do Mundo, valor que o MPF estima em R\$ 600 milhões.

Benefícios ou prejuízos?

O governo apresenta dados para justificar os gastos, afirmando que eles serão compensados pela renda gerada pela Copa. Na cartilha ‘O que o Brasil já ganhou com a Copa’, argumenta que a projeção é que o evento gere um adicional de R\$ 30 bilhões ao Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, com base em estudos da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (Fipe/USP) e do Ministério do Turismo. Ainda segundo a cartilha do governo, os cerca de 3 milhões de turistas brasileiros e 600 milhões de estrangeiros devem ser responsáveis por movimentar em torno de R\$ 25 bilhões durante a realização do torneio.

O Pacs coloca dúvidas sobre os números, citando, na cartilha ‘Copa para quem? Quem vai pagar a conta?’, o trabalho do professor Stefan Szymanski, do Departamento de Economia do Esporte da Universidade de Michigan, nos Estados Unidos, que fez uma análise da economia de 20 países que sediaram Copas do Mundo e Olimpíadas entre 1972 e 2002. No artigo ‘*The Economic Impact of the World Cup*’, Szymanski escreve que, ao contrário do que pregam os organizadores, há inúmeros trabalhos científicos mostrando que o impacto econômico dos grandes eventos é geralmente muito pequeno. Ele aponta inclusive que as evidências sugerem que o crescimento econômico desses países foi menor tanto no ano de realização do evento quanto no ano posterior. “O que se vê é que os megaeventos não geram todo o impacto econômico prometido. Em todos os países ocorre o mesmo: se promete um futuro promissor para justificar os altos gastos, mas o retorno nunca é o esperado”, conclui a publicação do Pacs.

“Coisas da vida”

Depois de Ronaldo Nazário causar polêmica ao afirmar, diante da indignação popular gerada pelos gastos com estádios da Copa em contraste com os recursos destinados a serviços públicos durante as manifestações de junho, que “não se faz Copa do Mundo com hospital”, foi a vez de Pelé contribuir com uma pérola de sua autoria para o rol de frases infelizes ditas por ídolos do futebol brasileiro no contexto da preparação para o Mundial. Uma semana depois da morte do operário Fábio Hamilton da Cruz em um acidente nas obras do Estádio Itaquerão, em São Paulo, o Rei do Futebol afirmou a repórteres que acidentes desse tipo são “coisas da vida”. Desde então, mais um trabalhador morreu em obras de estádios da Copa: no dia 8 de maio, Mohamed Ali Maciel Afonso sofreu uma descarga elétrica na Arena Pantanal, em Cuiabá. Agora, são nove os trabalhadores mortos em obras de estádios da Copa. Em um artigo intitulado ‘A Copa já era!’, publicado no blog do jornalista esportivo Juca Kfourri, o professor de direito do trabalho da Universidade de São Paulo (USP) e juiz do trabalho Jorge Luiz Souto Maior defende que as mortes de operários – juntamente com as inúmeras greves que ocorreram nas obras da Copa - jogaram luz sobre a precariedade das condições de trabalho dos operários da construção civil no Brasil. Para ele, a maior parte dos problemas enfrentados pelos trabalhadores nas obras da Copa está ligada ao processo de terceirização dessa força de trabalho. “Nas obras o que se viu e se vê – embora não seja visto pelo Ministério do Trabalho e Emprego – são processos de terceirização e quarteirização, sem uma oposição institucional, que, por consequência, produz o legado de grave retrocesso sobre o tema, que tende a se estender, perigosamente, para o período posterior à Copa”.

E as violações de direitos dos trabalhadores não se restringem à construção civil. Para muitos trabalhadores ambulantes, a Copa vai significar uma impossibilidade de trabalhar durante todo o período de realização do evento. Sete das 12 cidades-sede já publicaram decretos estabelecendo

áreas de restrição comercial ao redor dos locais de evento. Os decretos vêm para regulamentar o artigo 11 da Lei Geral da Copa, que garante à Fifa e seus parceiros comerciais exclusividade sobre o comércio de rua num perímetro de até dois quilômetros ao redor dos Locais Oficiais de Competição. Juliana Machado, do Comitê Popular da Copa de São Paulo, alerta que essa restrição não se limita aos arredores dos estádios onde serão jogadas as partidas da Copa. “Na verdade, a Lei Geral da Copa prevê até dois quilômetros em cada local de evento. Em São Paulo, por exemplo, a gente vai ter um congresso da Fifa nos dias 10 e 11 de junho, que vai acontecer num centro de convenções na zona sul. Isso também é local de evento. A *Fan Fest* no Anhangabaú, com a exibição pública em telões, também é local de evento”, enumera. Segundo ela, entre as regalias concedidas à Fifa durante o evento figura também a prerrogativa de pedir o fechamento de vias públicas em todas as cidades-sede. “Os trabalhadores ambulantes estão sendo proibidos de trabalhar e a Polícia Militar e a guarda civil metropolitana são responsáveis por garantir essa proibição. Semana passada tivemos uma trabalhadora ambulante no centro de São Paulo que foi espancada pela polícia por estar vendendo bonecos de pelúcia do mascote da Fifa. Temos visto isso acontecer cotidianamente”, denuncia Juliana.

O respeito aos direitos dos trabalhadores é uma das reivindicações presentes no documento ‘Na Copa vai ter luta’, assinado por organizações sindicais e movimentos sociais como a CSP Conlutas, Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), Sindicato dos Trabalhadores da Fiocruz (Asfoc) e Movimento Mulheres em Luta (MML), entre outros, no dia 1º de maio. Na carta, as entidades prometem realizar manifestações em várias cidades-sede durante o mês da Copa para reivindicar, entre outras pautas, algumas demandas que estiveram presentes nas manifestações de junho de 2013, como a destinação de 10% do PIB para a educação pública, de 10% do orçamento federal para a saúde pública e a desmilitarização da Polícia Militar.

Militarização e repressão

No entanto, ao mesmo tempo em que prometem manifestações, os movimentos populares alertam para os riscos relacionados à militarização da Copa do Mundo. Na Matriz de Responsabilidades, estão previstos gastos da ordem de R\$ 1,9 bilhão para a segurança do evento, incluindo mais de R\$ 700 milhões para as Forças Armadas. O governo federal já anunciou que 57 mil homens do Exército, Aeronáutica e Marinha deverão participar do esquema de segurança do evento. Ao todo, 180 mil agentes serão destacados para fazer a segurança, um recorde na história das Copas. “Desde o início da preparação do Brasil para a Copa, essa militarização, a multiplicação de tecnologias de vigilância e monitoramento e todo tipo de investimento em segurança para a Copa e as Olimpíadas vêm sendo feitos. Boa parte dos contratos dos governos federal, estaduais e municipais nas cidades-sede envolve empresas israelenses de segurança. A tecnologia que vem sendo experimentada na Palestina hoje vem sendo importada pelo Brasil como tecnologias antidistúrbios”, aponta Juliana Machado. “Ainda não ficou claro qual é o inimigo, mas nos parece que o alvo é a própria população numa lógica de guerra interna em que todos representam ameaças à segurança pública”, critica.

O Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs) alerta, na cartilha ‘Copa para quem?’, que, no final do ano passado, o Ministério da Defesa publicou a portaria ‘Garantia da Lei e da Ordem’, com instruções de como as Forças Armadas devem proceder durante ações nas cidades. A portaria lista como “forças oponentes”, “movimentos ou organizações” que utilizam, como estratégia de reivindicação, o “bloqueio de vias pú-

blicas de circulação”, a “invasão de propriedades e instalações rurais ou urbanas, públicas ou privadas”, a “paralisação de atividades produtivas”, e a “paralisação de serviços críticos ou essenciais à população ou a setores produtivos do País”.

A portaria vai ao encontro de dispositivos presentes em projetos de lei que passaram a tramitar no Congresso Nacional após o início das manifestações de junho, e que os movimentos sociais relacionam a uma tentativa de esvaziar as mobilizações populares, em especial durante a Copa do Mundo. Exemplo disso são os vários projetos que procuram tipificar o crime de terrorismo. O mais polêmico deles, o PLS 728/2011, apresentado sob a justificativa de incrementar a segurança durante a Copa, previa pena de até 30 anos para quem “provocar terror ou pânico generalizado”. Apelidado de AI-5 da Copa por movimentos sociais, o projeto acabou abandonado. “Mas como acontece com frequência no Congresso, quando um projeto de lei gera rejeição da opinião pública, ele acaba sendo diluído em alterações pontuais em leis existentes, e é o que está acontecendo agora”, afirma Juliana, complementando: “O que está prestes a ser votado é uma alteração no Código Penal: a pena aumenta para lesão corporal, se for praticada em manifestações públicas, homicídio praticado em manifestações aumenta, se estiver com rosto coberto e depredar patrimônio, a pena aumenta”, explica. Além disso, diz ela, ainda tramitam no Congresso outros projetos que procuram tipificar o crime de terrorismo. “Sabemos que o crime de terrorismo, quando for tipificado, vai ser feito de forma absolutamente genérica e abstrata, porque todos eles tratam terrorismo como o ato de ‘promover ou infundir terror ou pânico generalizado’. Isso é genérico. Os projetos ainda criminalizam a paralisação de vias públicas e a ocupação de prédios, que são formas históricas de os movimentos populares reivindicarem direitos. É evidente que o alvo dessas leis é a luta popular”, denuncia. ●

ZOOLOGICO HUMANO

Uma criança negra recebe comida das mãos de uma mulher branca. A cena se dá durante um passeio no que pode ser descrito como um zoológico humano, na cidade de Bruxelas, na Bélgica. E acredite: isso aconteceu em 1958!

Ao longo do século 19 e boa parte do século 20, exposições como essa eram comuns pela Europa e também nos Estados Unidos, onde populações consideradas “exóticas” – negros e indígenas da América e da Ásia – eram exibidas como entretenimento para um público branco sedento por contato com povos “primitivos”. Elas popularizaram uma prática que remonta ao período dos grandes descobrimentos, no século 16: há relatos de que, em 1550, índios tupinambás foram levados à França para serem exibidos na corte do rei Henrique II. O auge desse tipo de “espetáculo” se deu no século 19, coincidindo com outro ciclo de colonização europeia na África e na Ásia, servindo como instrumento de

propaganda de uma ideologia de legitimação da colonização. Não por acaso, a criança retratada na imagem vinha do Congo, então uma colônia belga na África. Na época, era difundido o conceito de hierarquia racial, que defendia que índios e negros situavam-se num patamar inferior na escala evolutiva em relação ao homem branco. Ramos da ciência como a antropometria e a frenologia inclusive se propunham a dar respaldo científico às teorias racistas, justificando a superioridade dos brancos com base em características físicas dos povos colonizados que supostamente explicariam seu “atraso” cultural. Desde então, as teorias que procuravam dar um verniz científico ao racismo caíram por terra.

Emenda pior que o soneto

Projeto de Lei sugere que os currículos do ensino médio sejam organizados por áreas do conhecimento. Educadores temem retrocesso caso texto seja aprovado

André Antunes



José Cruz/Ab

Reunião da comissão da Câmara responsável pelo projeto de lei: deputados defendem alterações polêmicas no currículo do ensino médio

Existem hoje, tramitando no Congresso Nacional, mais de 700 projetos de lei com propostas para alterar, em maior ou menor grau, a legislação vigente sobre o ensino médio no Brasil. São propostas que vão da inclusão do esperanto como disciplina facultativa no currículo até outras que pretendem ampliar a carga horária letiva dessa etapa de ensino. Até aí tudo bem: a educação volta e meio figura em pesquisas de opinião – principalmente em época de eleição – como uma das principais preocupações dos brasileiros. Entretanto, muitas das propostas que são apresentadas como soluções para o ensino médio estão longe de ser unanimidade. Exemplo disso é o projeto de lei 6.840/2013, que vem levantando questionamentos de professores e pesquisadores reunidos em entidades como a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (Anped), Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE).

O projeto integra o relatório final da Comissão Especial destinada a promover Estudos e Proposições para a Reformulação do Ensino Médio (CEENSI) da Câmara dos Deputados, aprovado no final do ano passado. A comissão foi criada em maio de 2012, por iniciativa do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), que a presidiu. A relatoria, por sua vez, ficou a cargo do deputado Wilson Filho (PTB-PB), que justificou no texto do relatório a necessidade de uma reformulação dessa etapa da educação com base em “números alarmantes”: “40% da população não consegue terminar o ensino médio; nas redes estaduais, 35% dos alunos estudam à noite por falta de instalações; somente 51,1% dos jovens com 19 anos de idade concluíram o ensino médio e, dos que se formam, menos de 30% adquirem a formação satisfatória em português (em matemática, apenas 10%); apenas 12% dos jovens atingem o ensino superior; cerca de 8% dos jovens entre 14 e 17 anos e 27% dos jovens entre 18 e 24 anos não estudam e nem trabalham”, enumera o relatório, que aponta ainda que “apenas 51% dos estudantes do ensino médio estão na idade/série correta”, e que 970 mil jovens se encontram fora do ensino médio, apesar do avanço no número de matrículas na última década.

Organização por áreas do conhecimento

Para mudar esse quadro, a comissão propôs alterações que têm como alvo, principalmente, o atual currículo do ensino médio, considerado “ultrapassado, extremamente carregado, com excesso de conteúdos, formal, padronizado, com muitas disciplinas obrigatórias numa dinâmica

que não reconhece as diferenças individuais e geográficas dos alunos”. O projeto propõe alterações na Lei 9.634/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB). A principal – e mais controversa – é a de organização dos currículos do ensino médio por áreas do conhecimento, “priorizando a interdisciplinaridade, a transversalidade e a maior interação e articulação entre os diferentes componentes e conteúdos curriculares”. Pela proposta, os estudantes poderiam escolher, no terceiro ano do ensino médio, entre diferentes opções formativas: linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação profissional. “Assim, o aluno poderá optar pela formação que mais se adéqua às suas preferências e necessidades, possibilitando, inclusive, uma preparação mais adequada àqueles que pretendem ingressar na educação superior ou antecipar sua entrada no mercado de trabalho”, afirmam os deputados, no texto de sua justificativa. Os parlamentares ainda propõem que os currículos sejam organizados a partir de temas transversais, como empreendedorismo, educação ambiental, cultura de paz, educação sexual, educação para o trânsito, noções básicas do Código de Defesa do Consumidor, noções básicas da Constituição Federal, prevenção ao uso de drogas e álcool, importância do exercício da cidadania, ética na política e participação política e democracia.

Para a coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Mônica Ribeiro da Silva, as propostas significam um retrocesso nas políticas públicas para a área. “Isso significa um retorno ao modelo curricular da época da ditadura empresarial-militar, de viés eficientista e mercadológico. Esse modelo reforça a fragmentação e hierarquia do conhecimento escolar que as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio lograram enfrentar, além de significar enorme prejuízo no que se refere à formação de nossos jovens por negar-lhes o direito ao conhecimento”, afirma Mônica, que encabeça o Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio. Articulado entidades como a Anped, a CNTE, o CEDES, Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope), entre outras, o movimento vem fazendo oposição ao projeto junto ao Congresso Nacional e ao Ministério da Educação (MEC), inclusive por meio de uma petição pública de repúdio ao PL 6.840/13. “É necessário enfrentar a excessiva disciplinarização que leva ao fracionamento e hierarquização do conhecimento”, reconhece Mônica, mas ressalta: “No entanto, a proposta do PL apenas reforça este fracionamento e hierarquização entre as áreas e, o que é pior, ao propor as ‘opções formativas’ de escolha dos alunos, acaba por privá-los de uma formação básica comum que assegure o acesso a conhecimentos relevantes e necessários para a vida em nossa sociedade. Ao propor ‘fatiar’ a organização pedagógico-curricular, propõe um ensino médio em migalhas”, critica.

Marise Ramos, professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), faz eco a essas críticas. Na sua avaliação, a proposta segue um modelo superado, semelhante ao que foi adotado no Brasil a partir da Reforma Capanema, na década de 1940. “Nessa época o ensino era dividido entre o clássico, o científico e o profissionalizante. Até hoje é possível encontrar pessoas que estudaram sob a égide dessa legislação que nunca estudaram química ou física, porque fizeram o percurso clássico, ou que nunca estudaram filosofia, sociologia ou mesmo história”, compara. Nesse aspecto, segundo ela, a LDB, de 1996, trouxe avanços, consagrando, em seu artigo 22, o entendimento de que a educação básica (da qual faz parte o ensino médio) tem a finalidade de assegurar ao educando “a formação comum indispensável para o exercício

da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e no prosseguimento de estudos”. Essa concepção está inscrita também no artigo 205 da Constituição Federal, segundo o qual a educação deve visar “ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A Secretaria de Educação Básica do MEC afirma, em nota técnica, que o projeto contraria essas formulações legais, “pois o fato de ser obrigatório fazer alguma opção estabelece uma diferenciação formativa no ensino médio, portanto, na educação básica, que fere o princípio constitucional da igualdade de acesso aos bens culturais produzidos pela humanidade com vistas à formação integral de todo e cada cidadão”. Além disso, os temas transversais propostos pelos parlamentares são alvo de críticas na nota, que entende que eles não se justificam, “nem pela sua relevância social nem pelo seu potencial de produzir ‘uma maior interação e articulação entre os diferentes componentes e conteúdos curriculares’”. E complementa: “Se fosse para organizar o currículo considerando a proposta de temas transversais, eles teriam que ser relevantes para a construção no jovem de uma compreensão crítica do mundo contemporâneo, por exemplo: organização do mundo do trabalho (em vez de simplesmente empreendedorismo); a transformação dos códigos culturais e sociais a partir das novas tecnologias [...], relação entre passado, presente e futuro, sustentabilidade e desenvolvimento (no lugar de educação ambiental), dentre outros”.

Presidente da Comissão da Câmara responsável pelo projeto de lei, o deputado Reginaldo Lopes discorda das críticas. “Estamos propondo criar uma divisão por áreas do conhecimento, que o jovem faça a sua escolha, faça o seu caminho. Mas qualquer que seja

esse caminho, o seu conhecimento, a partir do parâmetro nacional comum, estará garantido. Se ele escolher matemática, tudo bem. Ele vai estudar mais matemática. Mas vai ter o currículo nacional garantido”, explica. Segundo ele, isso seria possível a partir da implementação de outra proposta contida no projeto: a jornada em tempo integral nessa etapa de formação, que aumentaria de 800 para 1400 horas a carga horária mínima anual no ensino médio regular.

A nota técnica produzida pela Secretaria de Educação Básica afirma que a ampliação da carga horária é positiva em tese; na prática, no entanto, a medida acaba sendo prejudicial aos estudantes mais pobres. “Do ponto de vista da realidade socioeconômica da grande parte dos jovens brasileiros oriundos dos setores populares, representa uma forma de exclusão do Ensino Médio ministrado no período diurno, dado o fato de que tal parcela significativa da população jovem do país trabalha, seja para contribuir para a renda familiar, seja para suprir suas próprias necessidades. É, portanto, nesse contexto, medida discricionária, que institui um Ensino Médio diferenciado para uma população jovem com melhores condições de vida e relega, ainda mais, ao curso noturno os setores populares”, diz a nota.

Ensino noturno para maiores de 18 anos

O ensino noturno, por sua vez, também virou foco de discussão entre os proponentes do projeto e educadores. Isso porque o projeto prevê a proibição de que menores de 18 anos frequentem o ensino médio no período. No texto de uma petição pública contrária ao projeto, o Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio critica a medida: “Dados do IBGE de 2011 informam que

31,5% dos jovens de 15 a 17 anos trabalham e estudam, estudam e procuram emprego ou só trabalham. Isso significa que acabar com o ensino noturno para essa faixa de idade é, de fato, excluí-la do sistema de ensino. Destinar o ensino médio noturno apenas à faixa etária dos 18 anos em diante significa duplicar uma política já existente, que é a EJA, ou em outros termos, a superposição de modalidades que cumprem a mesma atribuição”. A SEB também critica o que chama de “caráter discricionário” do projeto em relação ao ensino médio noturno, que prevê alterações que, na prática, significarão que a carga horária letiva do período noturno será menor que no diurno. Isso porque o projeto prevê uma carga horária de “no mínimo” quatro horas no ensino médio noturno, que teria duração de quatro anos, e não três, como no diurno. Com sete horas diárias, ao longo de 200 dias letivos, a carga horária letiva no período diurno somaria 4,2 mil horas ao longo de três anos; no noturno, quatro horas diárias ao longo de quatro anos com 200 dias letivos cada um significa um total de 3,2 mil horas. “Obviamente, não será possível contemplar no segundo o mesmo conteúdo curricular do primeiro”, denuncia a nota técnica da SEB.

Questionado sobre isso, o deputado Reginaldo Lopes respondeu apenas que, apesar de integrar o texto do projeto, as alterações previstas para o ensino médio noturno ainda têm que ser mais discutidas ao longo da tramitação do projeto, que segundo ele passa agora por consulta pública. “Nós somos altamente democráticos, e quero convidar para falar na comissão quem tem alguma proposta proativa. É consenso que o ensino médio está falido. Agora, na hora de propor mudanças, ninguém sabe para onde ir”, acusa.

Educação Profissional

Por fim, tanto o Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio quanto a Secretaria de Educação Básica do MEC entendem que a proposta em tramitação na Câmara traz problemas também com relação à educação profissional. Um deles é a inclusão da opção de formação profissional no último ano do ensino médio, que “nega a existência da modalidade de Ensino Médio Integrado à Educação Técnico Profissional”. Para Marise Ramos, ao propor essa alteração na LDB o projeto enfatiza as formas concomitante e subsequente de educação profissional em detrimento da formação profissional integrada ao ensino médio. Para ela, isso sinaliza uma consonância do PL 6.840 com o direcionamento que as políticas de educação profissional têm tomado nos últimos anos, com a ampliação do número de vagas por meio de parcerias com a iniciativa privada, principalmente através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Indício disso é o artigo 36-E do PL 6.840, onde se lê que a oferta de educação profissional “poderá ser feita em regime de parceria entre os entes federados e o setor produtivo, com vistas à ampliação das oportunidades educacionais”. Marise analisa: “Com essas alterações na LDB, fica fácil você fazer parcerias para que os estudantes cursem o terceiro ano no Sistema S ou outras instituições privadas. Suponhamos: você tem um aluno numa escola estadual que tem parceria com o Senai, por exemplo. Ele faz os primeiros dois anos na escola e no terceiro ano vai para o Senai. E aí como ele é aluno da escola pública, o Estado é quem vai subsidiar o Sistema S para fazer isso. Bom demais para quem ganha com isso, só não é bom para a classe trabalhadora, que acaba tendo sua formação reduzida somente às necessidades do mercado de trabalho”. ●



Para pesquisadores mobilização popular em torno das reformas de base serviu de catalisador para o golpe empresarial-militar

Reformas interrompidas

Golpe de 1964 pôs fim à ampla mobilização em torno das reformas de base, que previam alterações em estruturas sociais, econômicas e políticas que permanecem intocadas até hoje.

André Antunes

Na última edição da Poli, falamos dos resquícios da ditadura empresarial-militar no Brasil hoje, 50 anos após o golpe de 1964. Ali você ficou sabendo que, apesar de ter chegado ao fim oficialmente há quase três décadas, a ditadura deixou como legado um autoritarismo ainda arraigado na sociedade brasileira. Quase um ano após o início das Jornadas de Junho, é importante lembrar não só o que os governos autoritários fizeram enquanto estiveram no poder, mas também o que eles deixaram de fazer. As chamadas reformas de base são um bom exemplo: bandeiras levantadas pelo governo João Goulart, deposto pelos militares, elas eram um conjunto de propostas que visavam colocar em marcha mudanças nas estruturas econômicas, sociais e políticas, mirando a redução dos índices de desigualdade no país. “Historiadores de maneira geral dizem que há certa indefinição do que eram essas reformas. Nesse rol, se elenca a reforma agrária, que talvez tenha sido a que mais gerou tensão. Há ainda a reforma universitária, como proposta para modificar o acesso à universidade; a reforma eleitoral, sobre a qual também se tinha uma clareza um pouco maior, no sentido de estender o voto aos analfabetos, e a baixa oficialidade das forças armadas; a reforma urbana, a respeito da qual havia indicações do Jango no sentido de disciplinar o preço dos aluguéis, etc.”, enumera o historiador e professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), José Roberto Franco Reis. Além disso, as medidas visavam também reformar o aparato administrativo do Estado brasileiro, o sistema tributário, ampliar a capacidade de intervenção estatal na economia e obter um maior controle dos investimentos externos no país por meio da regulamentação das remessas de lucros ao exterior, bem como legalizar o Partido Comunista. “Era, em suma, um conjunto de reformas com um perfil um pouco indefinido ainda, mas que podemos dizer que se inscreviam num plano mais geral de uma estratégia nacional-estatista, que pode ser compreendida como uma forte ação do Estado em reformas que provocassem certas transformações no sentido de atender algumas reivindicações populares”, complementa José Roberto.

Ex-ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, João Goulart era visto com desconfiança por militares, empresários e políticos de direita, em consequência de sua aproximação com o movimento sindical. A adoção das reformas de base como bandeiras de governo não ajudou na mudança dessa imagem. Como explica Martina Spohr, coordenadora de Documentação do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do

Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), a proposição das reformas ajudou na construção do discurso dos setores que defendiam a intervenção militar. “Não foi por causa das reformas de base que houve o golpe, é mais amplo que isso, mas, sem dúvida, isso possibilitou a proliferação do discurso anticomunista, que se utilizou de elementos das reformas para deturpá-las em suas propagandas, em seus discursos, colocando nas costas do Goulart a alcunha de comunista”, diz Martina.

Mas a associação com o comunismo era um tanto exagerada. É o que diz o professor aposentado da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Caio Navarro de Toledo, lembrando que Goulart, que defendia a reforma agrária, era ele mesmo um grande proprietário de terras. “Não se tratava de questionar a ordem capitalista, mas de promover mudanças mais ao sabor de uma socialdemocracia. Tratava-se, então, de reformar o capitalismo para que ele se consolidasse no Brasil e, nesse sentido, se entendia que a reforma agrária era importante na medida em que permitiria que mais proprietários existissem, uma vez que a terra era altamente concentrada nas mãos de poucos. A reforma agrária permitiria ampliar a produção, criar mercado interno, favorecer as indústrias na medida em que matérias-primas seriam postas em circulação, beneficiando o próprio desenvolvimento industrial”.

Além de ser uma espécie de carro-chefe das reformas de base, a reforma agrária era a que tinha propostas mais bem definidas. A principal delas envolvia uma alteração na Constituição vigente, promulgada em 1946, que dizia que qualquer desapropriação de terras feita em nome do interesse social deveria ser promovida mediante o pagamento de indenização em dinheiro ao proprietário. “Esse preceito constitucional praticamente impedia a reforma. Houve tentativas de fazer com que esses pagamentos da União fossem feitos em títulos da dívida pública, mas o Congresso, em sintonia com setores ligados ao latifúndio através da UDN e do PSD, sempre foi contra. Era uma luta ferrenha, permanente”, aponta Caio.

Oposição empresarial

A oposição do Congresso não era o único obstáculo ao debate sobre as reformas de base. Segundo Martina Spohr, as propostas de Jango incomodavam setores do empresariado que vinham ascendendo economicamente no período. “A entrada do capital estrangeiro no Brasil tem tudo a ver com a resistência às reformas de base. Isso acontece principalmente a partir de Juscelino Kubitschek, que abre o país ao capital externo, medida que tem, dentre suas consequências, a formação de setores do empresariado que experimentaram um crescimento bastante efetivo no período. Contudo, tais setores ainda não tinham representação forte dentro do pacto social populista que foi construído a partir de 1946”, explica, e completa: “Esses grupos, que tinham um poder econômico bastante forte dentro do capitalismo brasileiro, começaram a se incomodar com as propostas de reformas do João Goulart”.

Em dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal Fluminense (UFF), Elaine Bortone escreve que o modelo de desenvolvimento econômico nacional-reformista proposto por Goulart desagradava especialmente a esse setor do empresariado associado ao capital internacional. O governo Goulart, aponta Elaine, “promovera uma série de restrições aos investimentos multinacionais, contrariando diretamente os empresários estrangeiros e nacionais, e as exigências do capital monopolista. Elaborou a Lei de Remessas de Lucros, que consistia em os lucros das empresas estrangeiras serem reaplicados no país como ‘capital nacional’, impedindo a saída maciça do capital; limitou as remessas de *royalties* e de transferência de tecnologia; elaborou a legislação antitruste e planejou a nacionalização de grandes corporações estrangeiras”, escreve.

Para fazer oposição a essas propostas, representantes do empresariado com interesse direto na abertura da economia para o capital estrangeiro, em conjunto com militares de alta patente, se articularam em torno

de organizações como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). “Nas eleições de 1962 para deputado e senador, o IPES investiu muito dinheiro nas campanhas de candidatos da UDN, na tentativa de construir uma base política que permitisse as reformas do Estado consonantes com o desenvolvimento da perspectiva econômica desse grupo, que vivava, por exemplo, menos restrições ao capital externo. O IPES também tinha uma estrutura bastante complexa de entrada em todos os meios: sindical, estudantil, movimento feminino, patrocinavam publicações de livros”, enumera Martina. Entre seus financiadores estavam empresas e bancos nacionais e estrangeiros, principalmente dos Estados Unidos, que temiam que o Brasil se tornasse uma nova Cuba. “A participação dos Estados Unidos no golpe de 1964 não é momentânea. Havia uma preocupação do governo Kennedy com a política externa do Brasil”, diz Martina. Segundo ela, a política externa brasileira até 1964 não tinha alinhamento direto com os Estados Unidos. “O Jango começa a se relacionar politicamente com a União Soviética, dá apoio a Cuba, que era realmente uma ameaça ao *status quo* capitalista na região. Naquele contexto, era importante para os Estados Unidos manter na sua órbita de influência os países da América Latina – sobretudo o Brasil, que é um país continental”.

Nesse contexto, as reformas de base serviram para amplificar o receio de que Goulart ambicionava formar no Brasil uma “república sindicalista”, como diz Caio Toledo. “Goulart era visto como alguém ligado aos trabalhadores, em virtude da relação próxima que construiu com o movimento sindical. Foi no seu governo que a organização nacional dos trabalhadores passou a ser legal, levando à criação, por exemplo, do Comando Geral dos Trabalhadores [CGT. Isso foi interpretado como uma tentativa do governo de organizar os trabalhadores para dar um golpe”, afirma. Enfrentando grande oposição, Goulart decidiu pressionar pelas reformas por meio da sua base de apoio, formada pelo movimento sindical, partidos como o PTB e movimentos sociais como as Ligas Camponesas, se aproximando da população convidada para participar dos comícios e fazer pres-

são para que o Congresso finalmente apoiasse as reformas. “Estavam planejadas manifestações como a do Comício da Central do Brasil em vários estados, para discutir com o povo, ganhar a opinião pública e influenciar o Congresso Nacional, mas isso não significava golpe”, lembra Caio Toledo. Foi no Comício da Central que Jango anunciou a intenção de promover a encampação de refinarias particulares e a desapropriação de terras às margens de rodovias, ferrovias e açudes para fins de reforma agrária. Essa foi a gota d’água para a deflagração do golpe, que uniu militares, empresários ligados ao IPES, políticos da UDN, grande mídia e a cúpula da Igreja Católica.

Reformas sob a ditadura: o papel do IPES

Porém, como afirma Martina Spohr, é um erro dizer que o golpe de 1964 colocou fim às reformas. “A direita não estava contra as reformas de base, ela queria as reformas de maneira que atendessem aos interesses deles. Após o golpe, algumas delas foram realizadas, de cima para baixo e não através de congressos, ou nada parecido com um debate público. Foram feitas de maneiras diferentes das propostas pelo João Goulart, mas eram reformas estruturais do Estado brasileiro e que mudaram inclusive a característica do regime político”, explica. Nessa época, o IPES inclusive lançou um livro intitulado ‘Reformas de Base: posição do IPES’, que dava publicidade às propostas dos empresários. Segundo Martina, essa foi uma tentativa de desenvolver um projeto de governo e de um novo regime político, que viria a ser implementado após o golpe de 1964. “Muitas das personalidades que entraram para fazer parte do *staff* de ministérios do período do regime civil-militar, como o Mario Henrique Simonsen, Roberto Campos, Otavio Gouveia Bulhões, eram todos membros ou palestrantes no IPES”, diz. Segundo a pesquisadora, a reforma administrativa do Estado foi um exemplo de mudança que era vista como necessária pelo governo João Goulart, mas que foi feita sob outras bases durante a ditadura. Não por acaso, escreve Elaine Bortone em sua dissertação, essa reforma foi feita com base nas propostas do IPES por meio do decreto-lei 200/67. “Os principais preceitos do referido decreto são cópia fiel do anteprojeto de reforma administrativa formulado pelo IPES. Com isto, a burguesia foi capaz de organizar o Estado em função de um projeto político próprio [...] Tendo *ipesianos* à frente na elaboração das políticas para a reforma do Estado, o governo criou medidas para incentivar a entrada do capital internacional e a iniciativa privada, contribuindo, assim, para aumentar os lucros dos empresários. Eliminou leis que bloqueavam a entrada do capital externo”, enumera Elaine. Ela afirma que, além disso, o governo empresarial-militar adotou medidas para transformar as relações de trabalho, “tendo como uma das principais marcas da política da ditadura em relação aos trabalhadores o arrocho salarial”. A redução da idade mínima de trabalho, a proibição de greves e o fim da estabilidade no emprego foram outras medidas implementadas no período para favorecer o empresariado, segundo Elaine.

Desigualdades permanecem

As reformas feitas durante a ditadura acabaram caminhando na contramão do que era declarado como objetivo das reformas de base defendidas por Goulart e setores populares: a redução da desigualdade no país. Os dados apontam que essa só fez aumentar após o golpe: em 1960, por exemplo, os 20% mais ricos concentravam 54,45% da riqueza produzida no país, e os 50% mais pobres detinham 17,71%; em 1976, os 20% mais ricos passaram a deter 67% da renda, com os 50% mais pobres detendo apenas 11,8%. Mais de duas décadas após o fim da ditadura, a desigualdade social permanece um problema estrutural no Brasil. Tanto que várias das bandeiras levantadas durante a discussão das reformas de base, há mais de 50 anos, permanecem relevantes hoje no Brasil. Haja vista a distribuição de terras. De acordo com o Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia

e Estatística (IBGE), os estabelecimentos com mais de 1 mil hectares – 1% do total de propriedades rurais no país – concentram 43% da área total de estabelecimentos agropecuários no país, enquanto os com menos de 10 hectares – 47% do total de propriedades rurais – detinham apenas 2,7% da área total. Os dados são do censo de 2006 do IBGE, e mudaram pouco em relação às edições de 1996 e 1985, de acordo com o instituto. “A reforma agrária com certeza faz sentido hoje. O campo no Brasil hoje tem outra estrutura, não é mais o velho latifúndio improdutivo o problema, a disputa então se dá obviamente em torno da distribuição da terra mas também do modelo de ocupação do campo, agronegócio versus um modelo de agricultura familiar, de produção de alimentos com outra perspectiva. Essa ainda é uma questão não resolvida e hoje colocada em outros patamares de enfrentamento”, assinala José Roberto. Ele ainda aponta outra discussão que foi interrompida em seu nascedouro com o golpe, que é a questão da reforma tributária. “O imposto no Brasil é regressivo, quem ganha menos paga mais proporcionalmente”, critica. É o que mostra, por exemplo, o artigo ‘A distribuição da carga tributária: quem paga a conta’, do professor da Universidade de Brasília (UnB), Evilásio Salvador. Nele, o autor afirma que o Estado brasileiro, “tira a maior parte de sua receita de tributos indiretos e cumulativos, que oneram mais o trabalhador e a classe média, pois tem uma alta carga tributária sobre o consumo – mais de metade da carga provém de tributos que incidem sobre bens e serviços – e uma baixa tributação sobre a renda - 25%. Situação inversa é a estrutura tributária dos países da OCDE: os impostos sobre o consumo representam 32,1%, em média; o imposto sobre a renda 35,4%”. “Embora ainda tivessem um desenho indefinido, havia um direcionamento claro em fazer avançar a questão dos direitos da população e, nessa perspectiva, penso que todas as reformas de base fariam sentido hoje no Brasil, mesmo que compreendamos que o Brasil daquela época não é o Brasil de 2014”, finaliza José Roberto. ●

Qualificação Profissional de Técnicos em Saúde do SUS em Questão



Lançada recentemente pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 'Trabalhadores Técnicos da Saúde: aspectos da qualificação profissional no SUS' é uma coletânea organizada por três pesquisadoras do Observatório dos Técnicos em Saúde (OPAS/MS), instituído no âmbito do Laboratório de Trabalho e Educação Profissional em Saúde (LATEPS) da EPSJV. Seu conteúdo é fruto de um estudo que integrou as atividades de trabalho do Plano Diretor do OPAS/MS no biênio 2010-2012. Embora seja o desdobramento de um estudo publicado em 2011, sob o título 'Para além da comunidade: trabalho e qualificação de agentes comunitários de saúde', essa mais recente coletânea materializa um esforço de alargamento do escopo daquele estudo anterior, uma vez que considera a amplitude do campo de atuação da EPSJV na formação de diversos trabalhadores em saúde, bem como na produção de conhecimento científico sobre essa formação.

A obra se divide em duas partes. A primeira, intitulada 'Qualificação de trabalhadores técnicos em saúde: questões introdutórias', apresenta as bases conceituais compartilhadas pelos diversos sujeitos que construíram o estudo que deu origem à obra. A segunda parte, intitulada 'Trabalho e formação profissional de técnicos em saúde', reúne um conjunto de análises específicas acerca da formação e atuação profissional de diversos grupos de trabalhadores, tais como: Técnicos Administrativos na Gestão da Saúde e Técnicos em Saúde; Técnicos em Radiologia, Histologia, Citologia, Análises Clínicas, Hemoterapia, Vigilância em Saúde; Cuidadores de Idosos; Agentes Comunitários de Saúde. Assim, em suas 447 páginas, a obra apresenta riquíssimo panorama das singularidades existentes na formação e atuação profissional de cada categoria ocupacional estudada. Suas abordagens expressam diferentes experiências de estudo, variedade de matizes metodológicas e especificidades de cada categoria ocupacional estudada. Apesar disto, percebe-se que seu conjunto norteia-se pela compreensão de que a formação e atuação profissional de técnicos em saúde é resultado de uma correlação de forças políticas produzidas no âmbito das relações sociais, historicamente constituídas, que comportam interesses, concepções de mundo e projetos societários distintos, muitas vezes antagônicos. Por suposto, este é o fio condutor que dá organicidade ao resultado das diversas trajetórias investigativas apresentadas pela obra.

Na medida em que se propõe a analisar questões relacionadas ao trabalho e à formação de trabalhadores técnicos da saúde no Brasil, a obra constitui importante contribuição para a área de educação, saúde e trabalho. Seu conteúdo se destaca pela amplitude da abordagem, que abarca a realidade de inúmeras ocupações na área de saúde; pela profundidade teórica, demonstrando capacidade de interpretação da realidade estudada numa perspectiva crítica; pelo compromisso político com a saúde pública de qualidade e com a dignidade do trabalho e a formação dos trabalhadores técnicos em saúde, o que por si só já justificaria sua relevância. Tais características garantem que a coletânea 'Trabalhadores Técnicos da Saúde: aspectos da qualificação profissional no SUS' cumpra bem aquilo que se propõe: subsidiar a elaboração e implementação de políticas de gestão do trabalho e da educação na saúde, numa perspectiva transformadora.

Trabalhadores Técnicos da Saúde: aspectos da qualificação profissional no SUS
Márcia Valéria Guimarães Cardoso Morosini, Márcia Cavalcanti Raposo Lopes, Daiana Crús Chaves, Filipina Chinelli e Monica Vieira (orgs.) EPSJV/Fiocruz, 2013.

Por **José dos Santos Souza**, professor do Departamento de Educação e Sociedade do Instituto Multidisciplinar da UFRRJ e líder do Grupo de Pesquisas Sobre Trabalho, Política e Sociedade (GTPS).

PUBLICAÇÕES



A crise do neoliberalismo
Dominique Lévy e Gérard Duménil
Boitempo, 2014



Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados
Lincoln Secco e Luiz Bernardo Pericás (orgs.)
Boitempo, 2014, 416p.



A dialética da agroecologia
Luiz Carlos Pinheiro Machado e Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho
Expressão Popular, 2014, 360p.

RACISMO

Bananas jogadas em campos de futebol e jogadores xingados de macacos ganharam destaque no noticiário recente, inspiraram campanhas e geraram muita polêmica. E tudo isso acontecia ao mesmo tempo em que a morte de moradores de comunidades pobres em confronto entre polícia e traficantes, seguida de protestos com desfechos violentos, principalmente no Rio de Janeiro, também ocupava espaço em todos os jornais. Pela cobertura que a maioria dos meios de comunicação fez de todos esses episódios, a única coincidência entre eles é temporal. Mas as pesquisas e indicadores sociais mostram que existe outro ponto em comum, que praticamente não foi destacado: nos dois casos, a cor da pele interfere diretamente na condição das vítimas.

Nos campos, os atingidos são jogadores bem sucedidos, muitos deles ricos. Nas periferias, são pessoas que ocupam os piores lugares na pirâmide social. No primeiro, sofreram manifestações explícitas e individuais de preconceito racial. No segundo, são protagonistas do que muitos têm chamado de ‘racismo institucional’. “A contradição de classe existe todo o tempo, mas ela não exclui a contradição de cor ou de ‘raça’”, diz o historiador e professor Joel Rufino.

Quer um exemplo? De acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010, a taxa de homicídios entre negros e pardos no Brasil é 2,35 vezes maior do que a de não-negros (36,5 para cada 100 mil habitantes contra 15,5). O mesmo censo mostra que a diferença entre negros e não-negros que sofreram algum tipo de agressão física não era tão significativa: 1,8 contra 1,35. Mas o cruzamento com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009 expõe onde está o abismo: 61,8% dos negros ou pardos que foram vítimas de agressão não procuraram a polí-

cia, por não acreditar nela (60,3%) ou por medo de represália (60,7%). Entre os não-negros agredidos, esse número cai para 38,2%.

Racismo e preconceito

“Uma ideologia que define o ser humano a partir de raças, que não são categorias biológicas, mas categorias sociais e políticas”. Assim Jurema Werneck, da organização não-governamental Criola, define o racismo, ressaltando que esse processo não atinge apenas negros, mas também outros ‘grupos’, como ciganos e indígenas. “Essa ideologia faz uma classificação hierárquica de raças superiores e inferiores e, a partir daí, justifica todo o poder e controle dos meios, da riqueza e da possibilidade de decisão de um grupo considerado racialmente superior, deixando excluído todo o resto”, completa.

Mas, afinal, existem raças? “No caso da humanidade, a raça é a própria espécie. Todo o resto é construção ideológica”, responde Joel Rufino. Ao trazer o debate para o terreno científico, Jurema, no entanto, propõe uma relativização: “O argumento de que cientificamente não existem raças é frágil porque, na verdade, *biologicamente* não existem raças. Mas do ponto de vista das ciências sociais e políticas, elas existem sim. Então, cientificamente existem raças, ainda que não sejam amparadas na biologia e na genética”, compara. E completa: “Quando a gente fala de raça, não é para legitimar esse discurso, mas para apontar a existência do racismo e mostrar a necessidade do seu enfrentamento”.

No que diz respeito à manifestação social desse fenômeno, o historiador Joel Rufino defende que é preciso considerar ainda uma diferença entre racismo e preconceito racial. O racismo, segundo ele, designa a atribuição de papéis sociais baseados na ‘raça’. Já o preconceito estaria mais ligado ao comportamento individual, a partir de noções “arraigadas nas mentes” das pessoas. “O racismo sofreu golpes fortes na nossa sociedade. As próprias leis anti-racistas tornaram ilegais determinados preconceitos, como o uso de estereótipos de linguagem para inferiorizar o negro. Mas combater o preconceito racial é mais difícil. Como se vai impedir que uma pessoa tenha preconceito?”, compara.

De certa forma, a legislação brasileira também separa esses dois processos. O marco legal mais antigo sobre discriminação racial no Brasil é a lei 1.390, de 1951, conhecida como Lei Afonso Arinos, em homenagem ao parlamentar que a propôs. Mas hoje, quando se diz que o racismo no Brasil é crime inafiançável, está-se referindo ao que é estabelecido pela Constituição Federal, no inciso XLII do artigo 5º e regulamentado pela lei 7.716, de 1989, que teve artigos modificados em anos posteriores. Essa lei especifica como atitudes que constituem crime de racismo aquelas que impõem condições diferenciadas (como salário, por exemplo) ou impedem o acesso de pessoas a bens, serviços e direitos em virtude de “preconceito de raça ou de cor”. Já o artigo 140 do Código Penal (Lei 2.848, de 1940) fala de “injúria racial”, que consiste em ofender a honra de alguém atribuindo-lhe qualidades negativas ligadas à sua raça ou cor e, nesse caso, as penas são mais leves. Os recentes episódios em que jogadores de futebol foram xingados de macacos enquadrariam-se nesse último caso. Mas, desde 2005, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 6.418, que propõe revogar a lei 7.716, “incluindo o crime de discriminação no mercado de trabalho, injúria resultante de preconceito, apologia ao racismo, atentado contra a identidade étnica, religiosa ou regional e associação criminosa, tornando-os crimes inafiançáveis e imprescritíveis”, como explica a ementa do PL.

Indicadores e políticas públicas

Nenhuma dessas situações previstas em lei, no entanto, dá conta do racismo que se expressa nos indicadores sociais brasileiros. Dados reunidos na publicação 'Retrato das desigualdades de gênero e raça', de 2011, a partir de diferentes pesquisas, mostram a diferença de acesso e oportunidade em diversas áreas. Em 1995, a média de estudos da população negra era de 4 anos, contra 6,1 da população branca. Apesar de apresentar um avanço geral, em 2009 essa diferença não tinha diminuído significativamente: a média passava a ser de 7,7 para brancos e 6 para negros. Ainda no campo da educação, os dados mostram que, também em 2009, em cada 100 mil negros com 25 anos ou mais, 17,4 tinham menos de um ano de estudo. Para a mesma quantidade de brancos, esse número cai para 8,7. Confirmando essa proporção, o número absoluto de jovens (a partir de 15 anos) negros analfabetos é quase 2,3 vezes maior do que o de brancos. Na outra ponta, no mesmo período, 20,6 em cada 100 mil brancos tinham mais de 12 anos de estudo enquanto para os negros esse número era de 8,4. "Quando se diz que o que existe no Brasil não é racismo, mas desigualdade social, está-se dizendo a mesma coisa", explica Joel Rufino.

E é aqui que entra o papel das políticas públicas no combate aos indicadores sociais que expressam essa hierarquia 'racial'. "As forças do racismo têm sido parte do Estado brasileiro desde o início da sua constituição. O Estado tem um papel no racismo. Mas o movimento social negro sempre achou que o Estado também tem um papel no confronto ao racismo. Daí propor tantas políticas, tanta mudança", explica Jurema Werneck. Ela conta que, no ano 2000, foi a primeira vez que o governo federal assumiu que o racismo era um dos determinantes das relações sociais. E, a partir daí, a luta dos movimentos sociais organizados conseguiu viabilizar programas e políticas que têm ajudado a combater o racismo.

Uma das conquistas mais discutidas – e que ainda gera polêmica – visa exatamente diminuir essa discrepância entre negros e brancos no acesso à educação. Aprovada em 2012, depois de muita discussão, a lei 12.711, que tenta combinar critérios de escolaridade anterior, renda e cor. O texto garante que 50% das matrículas em universidades federais e institutos federais de ensino técnico sejam destinadas a alunos oriundos da escola pública e a ocupação dessas vagas deve representar, no mínimo, a mesma proporção de negros, pardos e índios que existem naquele município ou estado, tendo-se como parâmetro os dados mais recentes do IBGE. Esse percentual é subdividido entre estudantes com renda familiar bruta maior ou menor do que um salário mínimo e meio. "Existem opressões ao negro que são independentes da inserção de classe. As ações afirmativas são justas porque significam o Estado intervindo para corrigir distorções históricas", explica Joel Rufino.

Em relação à saúde, os números também não são animadores. A realização de exame de colo de útero, por exemplo, que é um importante indicador dessa área, ainda mostra discrepâncias: em 2008, entre as mulheres que nunca fizeram o exame, 18,1 em cada 100 mil eram negras e 13,2 eram brancas. Quando se trata de quem nunca realizou o exame clínico das mamas, a diferença é ainda maior: 37,5 entre as negras e 22,9 entre as brancas. Por tudo isso, embora lamente que se esteja retardando a sua implementação, Jurema Werneck destaca a Política Nacional Integral da População Negra como uma grande conquista dos movimentos sociais. "A Política reconhece o racismo como determinante social de saúde da população negra, mas também como parte da razão pela qual o SUS não é eficaz na ação, pela qual a promoção da saúde não é eficiente", diz, citando um exemplo de como isso pode fazer diferença: "Hipertensão arterial é um dos maiores agravos de incidência na população negra, mas alguns medicamentos da farmácia popular e da farmácia básica não têm efeito igual para brancos e negros. E a política ignora isso, não porque não leu os estudos científicos, mas porque o SUS não considerou essa informação relevante".

Outro avanço digno de destaque, para a militante, foi a criação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), em 2003. "Ainda que a Seppir seja insuficiente, pequena e não tenha a força necessária, ela está construindo a competência necessária", pondera, destacando como

um outro problema o fato de "o resto do Estado" não reconhecer a importância da ação da Secretaria.

O enfrentamento desse problema por meio de políticas públicas, no entanto, passa pela desconstrução do mito da 'democracia racial', que sustenta a ideia de que o Brasil não é um país racista. A luta contra esse mito que continua atual – e se mostra claramente na discussão sobre as cotas, por exemplo – tem origens, segundo Joel Rufino, ainda no início do século 20. Já antes da década de 30, de acordo com o pesquisador, surgiu no país uma imprensa negra que denunciava o racismo. Em 1931, foi criada a Frente Negra Brasileira, que, ao reivindicar igualdade de direitos para a população negra e branca, evidenciava as diferenças que havia. O surgimento do teatro experimental do negro, na década de 40 e mais tarde, já nos anos 1970, a organização de movimentos negros voltados para ações afirmativas são todos marcos que o professor aponta na luta contra essa ideia de democracia racial. "Mas o mais importante deles é a Constituição de 1988, que sepultou esse mito", opina.

O contexto atual, em que manifestações de preconceito contra negros, principalmente no futebol, têm provocado discussões em diversos espaços, apresenta novas questões. "A primeira novidade é a da visibilidade. Porque isso sempre aconteceu, todo mundo que é negro já foi xingado de macaco. Essa visibilidade mostra uma mudança social porque a sociedade quer mostrar não como espetáculo, mas como desaprovação. E essa é a novidade boa", comenta Jurema. Mas ela aponta também a "novidade ruim". "É o fato de a extrema direita, os racistas empedernidos, que acham legítimo o discurso racista, estarem agora no ambiente público descaradamente, se sentindo fortalecidos", cita, e lamenta: "Eles estão no mesmo ambiente que traz para a rua os fundamentalistas cristãos contra o aborto e o pessoal que estava comemorando o golpe de 1964 de forma descarada. Esse grupo está se sentindo fortalecido e autorizado". ●

Cátia Guimarães